



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ



PROCESSO: 03174/2015-1

Entrada:

01/04/2015

Espécie:

CONTAS DE GOVERNO

Interessado:

CID FERREIRA GOMES

Entidade:

GOVERNO DO ESTADO DO CEARA

Procedência:

GOVERNO DO ESTADO DO CEARA

Assunto:

OFICIO GG Nº 100/2015 - ENCAMINHANDO AS CONTAS DO GOVERNADOR,
[REF. AO](#) EXERCÍCIO DE 2014.

PRESTAÇÃO DE CONTAS



GOVERNO DO
• ESTADO DO CEARÁ

Núcleo de Atendimento e Protocolo

OFÍCIO GG Nº 100 /2015

TRIBUNAL
DE CONTAS
DO CEARÁ

01/04/2015

Fortaleza, 26 de março de 2015.

Nº do Protocolo

0317412015-1

Excelentíssimo Senhor

Conselheiro JOSÉ VALDOMIRO TÁVORA DE CASTRO JÚNIOR

Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Ceará

Nesta.

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência a prestação de contas do Governo do Estado do Ceará, referente ao exercício de 2014, elaborada de acordo com a Lei Federal nº 4.320/64, com a Lei Complementar 101/00 — Capítulo IX — Seção II e com outras normas legais que regem a matéria.

Acompanhados da prestação de contas seguem anexos:

1. Relatório Técnico que demonstra uma visão global da gestão do exercício;
2. Cópias das atas das audiências realizadas nos meses de maio e setembro de 2014 e fevereiro de 2015, na Assembleia Legislativa;
3. CD-ROM dos projetos concluídos e em conclusão no Estado.

No ensejo, renovo votos de estima e apreço.

Atenciosamente,

Camilo obreira de Santana
GOVE NADOR DO ESTADO DO CEARÁ





ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, PARA DEMONSTRAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO 3º QUADRIMESTRE DE 2014. REALIZADA NO COMPLEXO DAS COMISSÕES TÉCNICAS, EM 27 DE FEVEREIRO DE 2015.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JÚLIO CÉSAR FILHO (PTN): Senhoras e senhores, boa tarde. Eu gostaria de agradecer a presença de todos os convidados. Agradecer a presença do Secretário da Fazenda, Mauro Filho; presença do nosso querido amigo, Deputado Roberto Mesquita. Vamos dar início à Audiência Pública de demonstração do cumprimento das metas fiscais referente ao terceiro quadrimestre de 2014.

Gostaria também de complementar dizendo e informando aos telespectadores da TV Assembleia e aos ouvintes da Radio FM Assembleia, que acompanham essa Audiência, que a Lei de Responsabilidade Fiscal, de 4 de maio do ano 2000, determina que o Poder Executivo deve apresentar quadrimestralmente a avaliação do cumprimento das metas fiscais do estado ao Poder Legislativo. E hoje, em cumprimento legal, será apresentado o relatório quadrimestral referente ao terceiro quadrimestre de 2014. Durante a explanação serão abordadas receitas, despesas, investimentos, dívida pública, resultado primário, operações de crédito, e de forma geral, a situação de cunho econômico e financeiro do Estado do Ceará neste período.

A Presidência vai passar aqui a palavra ao nosso secretário, e depois os deputados que irão chegando aqui à Audiência Pública, bem como o Deputado Roberto Mesquita, poderão ficar à vontade de fazer suas devidas ponderações e indagações ao secretário.

Secretário fique à vontade.

SR. MAURO FILHO (Secretário de Finanças do Estado do Ceará): Muito obrigado, meu caro Presidente Deputado Júlio César Filho. Eu quero cumprimentar este brilhante parlamentar que honra esta Casa, Deputado Roberto Mesquita, com quem aprendi muito, pelo menos no pequeno período que passei do último mandato, já que estava há 24 anos aqui nesta Casa, para orgulho meu. Quero cumprimentar os telespectadores, a imprensa aqui presente, servidores da Secretaria da Fazenda, e dizer que essa é uma Sessão que a LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) obriga o setor público, o Governo do Estado, ou a prefeitura, o Governo Federal, ir ao Poder Legislativo quadrimestralmente prestar contas da situação fiscal, ou do município, ou do Estado, ou da União.

Eu reiterada vezes fiz isso durante sete anos aqui nesta Casa, mais uma vez para orgulho meu, porque aqui onde realmente se encontram os bons debates, onde se aprimoram as informações a serem passadas para a população do Estado do Ceará. Portanto, o relatório de gestão fiscal, como o Presidente Júlio já falou, ele tem pontos específicos que a LRF obriga a falar: Receita, despesa, primário e pessoal. Gasto com pessoal tem que ter um quadro separado para as pessoas compreenderem, até porque os estados e municípios não podem gastar mais do que 60% com pessoal. Só que tem o tal de limite prudencial, que é 57%, que os estados têm que estar alertas para não chegarem lá. Porque quando chega lá, você tem que demitir cargos comissionados, proibir hora extra, e tomar várias medidas no âmbito de pessoal para que esse percentual seja diminuído.

Quero dizer que o Estado do Ceará foi o pioneiro na implementação das novas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o NBCASP, e o Plano de Contas Nacional. O Ceará foi o primeiro Estado no Brasil a cumprir essas regras, e somente dois anos depois foi que os Estados começaram a se integrar... aliás nós sofremos muito, a Dolores, a Raimundinha que estão aqui, são duas servidoras da contabilidade do Estado e sabem como nós penamos para poder colocar essas novas regras que lá estavam.

A primeira tabela a ser chamada atenção é da receita por item do Estado do Ceará, e eu pontuo três mais importantes: A primeira delas é o ICMS. O ICMS é o imposto sobre circulação de mercadorias e serviços. É aquele imposto que a cada bem que você comprar tem uma parcela lá dentro do ICMS, e isso significa que é o maior imposto para arrecadação dos estados brasileiros. E aqui o Estado recolheu em 2014, 9 bilhões trezentos e dezenove. Isso dá um crescimento de 9,1, de 2014 para 2013. No entanto, os últimos meses, Deputado Roberto Mesquita e Deputado Júlio César, já se percebe uma queda na atividade econômica brasileira, e que está refletida também no Fundo de Participação dos Estados, que passou... será que dá para...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JÚLIO CÉSAR FILHO (PTN): A presidência solicita que se o deputados pudessem ficar na lateral, enquanto a apresentação do Secretário Mauro Filho.

SR. MAURO FILHO (Secretário de Finanças do Estado do Ceará): O Fundo de Participação, ele sai de 4 bi e 800, em 2013, para 5 bi e 300, que dá um aumento de 8 ponto alguma coisa de elevação. No entanto, Deputado Roberto Mesquita, há uma nítida retração da receita da União, de imposto de renda e de IPI, que é a base da arrecadação do Fundo de Participação dos Estados e do Fundo de Participação dos Municípios. Basta lhe dizer que nos primeiros dois meses nós tivemos uma queda na transferência de

recursos do Governo Federal para Estados e municípios. Queda no mesmo momento em que as despesas estão aumentando.

Pessoal, aqui no Ceará aumentou 6.45, mais 3% das progressões, das promoções que os servidores têm, e isso dá mais ou menos 9%... está me corrigindo aqui, 9.45. Então veja como é que o quadro, e que nós precisamos ter cuidado. Aumenta 9.45 e você tem a receita caindo. Por isso que o Estado do Ceará está se antecipando neste momento. Nós estamos fazendo um ajuste no custeio do Estado, ainda não dá para estimar esse valor correto, nós vamos saber agora em março. Quem disser o valor não está ainda falando a verdade em relação a isso. De tal maneira que nós temos que ficar atentos com essa diminuição da atividade econômica.

Além disso, ela vai se instalar... isso porque você está tendo elevação de impostos, aumento da taxa de juros, aumento de CIDE (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico). Então você tem.... corte de gastos. Porque na demanda agregada, que nós economistas chamamos de demanda agregada, você tem um componente governo, componente de consumo privado, o investimento, e o resultado da exportação menos importação Isso aqui compõe a demanda. Então, quando você corta o gasto do governo, você tem o componente de retração econômica que vai impactar portanto a receita da União, que nos últimos quatro meses consecutivos vem reduzindo a sua receita de lá para cá.

A terceira receita que eu quero chamar atenção são as operações de crédito. E antes que alguém diga que o Ceará tomou muito dinheiro de operação de crédito, eu vou logo falar, a receita em 2014 dá aproximadamente um bilhão e meio, e com todo esse volume de contratações novas, o Ceará ainda mantém o percentual de endividamento da ordem de 40%, era 36%, 38%, são 41% hoje. A lei diz que eu não posso me endividar mais do que duas vezes a receita corrente líquida.

Então basicamente é assim: 2 x 14 são 28 bilhões. Era quanto o Ceará poderia captar de endividamento, 28 bilhões. Entretanto nós vamos ver lá na frente que o estoque hoje é muito abaixo disso. O estoque vai ser da ordem de 8.4.... é isso Dolores? 8.4 lá na variação nominal, ou seja, o estado, de 28 ele contratou 8, portanto é uma margem muito grande e que ainda pode buscar, e é porque o Ceará, todo refinanciamento que a União fez pela Lei Federal 9496 de 97, que refinanciou a dívida dos Estados e municípios, que o Congresso acaba de aprovar a troca do indexador, ele vai dar 58 bilhões a São Paulo, a Rio de Janeiro, a Minas Gerais, ao Rio Grande do Sul e a Prefeitura de São Paulo. Só que eu fiz errado, antecipei esses pagamentos, e ao antecipar esse pagamento, Deputado Roberto Mesquita, não devemos mais nada. Portanto, veja que quem faz o dever de casa, muitas vezes ele não é olhado e nem compensado pelo que foi feito.

Então essas são as três maiores fontes de receitas do estado, sem deixar de lembrar que o IPVA, apesar do estado arrecadar 600 milhões, lembrem que metade da arrecadação do IPVA é dos municípios o estado só arrecada, mas na realidade é destinado aos municípios, e portanto, o estado não fica com essa arrecadação toda, só com uma parte. Essa é a primeira tabela, a essência da primeira tabela que nós estamos falando.

A segunda é a despesa. E a LRF obriga, Deputado Júlio César, Deputado Roberto Mesquita, obriga a separar por Poder, ela obriga que além de fazer por Poder, manda separar, para que dê mais transparência ao povo cearense ou quem quer que seja, separar entre pessoal, despesas correntes, investimentos, inversões financeiras e dívidas. Ou seja, fica bem claro, esse quadro ele realmente não tem igual, ele próprio se explica como esses números estão evoluindo ao longo dos anos. E vocês podem depois, e a própria população com essa imagem que está sendo gerada, agora nessa audiência pública da Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação, hoje presidida pelo Deputado Júlio César, com a participação do Deputado Roberto Mesquita, é de que vocês veem que a despesa cresce 18% de um ano para o outro, o que é um percentual muito significativo e que a gente precisa ter uma certa cautela para os próximos exercícios.

O terceiro quadro é mais agregado, sem ser por Poder, e eu não vou comentar. Aí vem o superávit primário, o resultado primário. E para quem não é da área, ele é uma apuração que se convencionou já de 15, 20 anos atrás, que é receita menos despesa, sem que nas despesas esteja incluído o pagamento dos juros da dívida. Portanto, o conceito de primário, eu discuto isso muito na sala de aula com os meus alunos, ele traduz a capacidade de pagamento da dívida pública, ou seja, ele traduz a solvência intertemporal de uma União, de um Estado ou de um Município ao longo dos anos. Aliás, o Ministro Levy, Deputado Roberto Mesquita, está dizendo que ele a partir de agora vai tornar ainda mais explícita a dívida bruta do Governo Federal.

E para quem gosta de números, em 2014 ela foi de 63% do produto interno bruto, a dívida bruta sobre o PIB, da ordem de 63%. Ele disse que esse número agora terá que ser cadente, ele terá que ser reduzido ao longo dos anos, e por isso está gerando um superávit primário do governo federal, do setor público, digo melhor, da ordem de 1.2% do PIB. São dois números que estão na imprensa todo santo dia: é o superávit primário e a relação dívida/ PIB, que são dois números que o Governo Federal e a imprensa vêm dando todo dia para nós brasileiros.

O primário, nós acabamos gerando um primário da ordem de 442 milhões de reais para fazer os pagamentos de juros da dívida. Portanto, o Ceará não tem problema em relação a essa questão. O resultado nominal que para a academia, o resultado nominal é você incluir o pagamento de juros, é o primário você inclui os juros, e aí você tem o resultado nominal. Mas o resultado nominal para a Lei de Responsabilidade Fiscal não é assim. O resultado nominal para ela é a variação do estoque da dívida pública. Então como o Ceará contratou mais, então ele sai de 7 bilhões aproximadamente do estoque da dívida de 2013, para 8.4 em 2014.

Então o resultado nominal é essa diferença, Deputado Roberto Mesquita, não é o conceito nominal que a gente prega na sala de aula e tudo mais. É o conceito diferenciado, estabelecido na LRF para tentar mostrar como é que esse grau de endividamento, esse aumento de endividamento se processa no Brasil. Até porque, as três regras para você poder se endividar são: primeiro, não pode ser maior do que duas vezes a receita corrente líquida, seu estoque de dívida.

Segundo, você não pode despender mais do que 11,5% da receita corrente líquida com juros e amortização por ano, e é o que os economistas chamam de serviços da dívida. E terceiro, ele não pode contratar mais do que 16% da receita corrente líquida por ano, de operação de crédito. Então você tem alguns impedimentos que a LRF, aliás, pra ser preciso, não é a LRF. A LRF delegou ao Senado Federal a competência de fixar esses limites. Então quem define isso é uma resolução de nº 43 do Senado Federal, portanto, define o limite de endividamento.

Aliás, a LRF manda definir da União, dos Estados e Municípios. E aí, Deputado Roberto Mesquita, o Senado nunca teve coragem de definir limite de endividamento do Governo Federal, só conseguiu limitar gasto de estados e municípios. Isso ia ser inclusive uma briga minha, se senador porventura tivesse sido eleito pela maioria da população cearense, eu sei que 40% não ganha eleição, mas enfim seria uma das minhas tarefas, de poder estabelecer um limite de endividamento do Governo Federal, que por enquanto ele "está solto na buraqueira", pode se endividar, pode ir no mercado financeiro e fazer o que efetivamente tem que fazer.

Bom, o resultado primário eu já falei, que é essa tabela. Vocês vão ver que os investimentos cresceram muito em 2014, muito. E obviamente não só por ser também um ano de plena realização do próprio Governo Cid, a velocidade de investimento 3,4 bilhões de reais, Deputado Roberto Mesquita. Minas Gerais que se cuide, porque já já, o Ceará vai passar Minas Gerais como capacidade de investimento do Governo do Estado. E é porque a economia de Minas é sete vezes a economia do Estado do Ceará.

Chegando aqui o Deputado Walter Cavalcante para poder abrilhantar essa reunião em que nós discutimos a situação fiscal do estado. Deputado Walter Cavalcante, eu já falei sobre as receitas, os três itens sobre as despesas, sobre o primário, sobre o endividamento do estado. E o último item que falta mostrar é a questão dos gastos com Pessoal. Que isso aqui é uma discussão aonde eu vou, em todo canto, aqui nesta Casa: como é que é? Cadê os reajustes? Primeiro, dizer que não existe nenhum Estado no Brasil, nem a União, que dê reajuste todo ano. Somente o Estado do Ceará.

Não existe nenhum Estado no Brasil em que o servidor não pague o atendimento de saúde, só no Ceará o tesouro paga tudo, até a prefeitura de Fortaleza cobra 2,5, se não me engano, ou são 3 e 4 para o IPM. O servidor paga para o atendimento de saúde....no estado, ele só paga os 11% da previdência que é uma alíquota baixa. No Paraná é 14, em São Paulo é 17. Portanto, nós temos a menor alíquota de previdência do Brasil. O que é que a lei diz? A alíquota da previdência será no mínimo de 11% a ser calculado sobre o vencimento.

Chegando aqui o Deputado Audic Mota, seja bem-vindo também a esta reunião. E eu já tinha dito aqui para o Deputado Walter Cavalcante, já tínhamos falado sobre receitas, falamos sobre o crescimento das despesas, falamos sobre resultado primário, falamos sobre endividamento do setor público. E estamos falando agora sobre gasto de pessoal. Que esse é um gasto no Estado que tem crescido muito fortemente em função das contratações. São 7.500 novos policiais, são quase 4.000 novos professores, quase 1.200 agentes prisionais, defensoria pública, juízes e promotores. Então há uma expansão desse gasto, o que culminou com o Estado do Ceará a chegar em 2014 a 53,4 da receita corrente líquida.

Esse talvez seja o maior percentual que eu me lembre, Deputado Roberto Mesquita, é o maior percentual que eu me lembre assim desses últimos dez anos. Esse é o maior percentual de gasto com pessoal sobre receita corrente líquida do estado. Então a expansão do atendimento do serviço público do estado, seja na educação com mais 110 escolas novas profissionalizantes - o estado do Ceará não tinha nenhuma; com novos hospitais no interior, que não tinha nenhum; com novas UPAs — Unidade de Pronto Atendimento, que não tinha nenhuma; com os SAMUS, que também eram em seis localidades somente, e que agora está expandindo já para 146, e agora vai ser universalizado em todos os municípios do estado do Ceará.

Então essa expansão da atividade, acabou.... Chegando aqui também o líder do governo, Deputado Evandro Leitão, que vem também nos ajudar e abrilhantar essa audiência pública que trata da prestação de contas do relatório de gestão fiscal, que é uma imposição da Lei de Responsabilidade Fiscal, tanto para União, para Estados e também para Municípios de um determinado porte. Portanto, esse é um assunto que precisa ser tratado não só pelo gasto de Pessoal, mas pelo déficit de previdência que existe hoje no estado do Ceará. Para quem gosta de números gerais: servidor recolhe aproximadamente 370 milhões por ano, duas vezes isso, dá setecentos e pouco.

No Estado do Ceará isso não é suficiente para pagar aposentados e pensionistas. O Ceará tem que aportar, o tesouro do estado tem que aportar mais 1 bilhão para poder pagar aposentados e pensionistas, exatamente, todo ano. Foi em 2014, 1 bilhão, antes era 940. Todo ano você vai tendo esse valor aumentado, na medida em que as regras ainda do serviço público, e isso é um tema extremamente polêmico, as regras do serviço público.... eu posso passar 25 anos pagando sobre um salário mínimo, basta eu ter 10 anos no cargo, ser servidor público, 5 na função, que eu me aposento lá sem nenhum problema. Inclusive é uma regra diferente daqui da previdência parlamentar, que o cara tem que ter é 20 anos na carteira e somente 15 de fora. Ela é uma previdência, inclusive, mais dura, mais dura do que a própria regra do SUPSEC- Sistema Único de Previdência Social do Estado do Ceará, da previdência pública, que é estabelecida para os servidores públicos do Brasil inteiro.

O Ceará, a Assembleia já aprovou o fundo de previdência complementar. Ele ainda não está funcionando, o que significa que as regras antigas continuam valendo. O estado está aguardando a formação daquele fundo nacional para que todos os estados façam a sua adesão, e aí seria o único fundo gestor da previdência no âmbito do serviço público estadual.

Então pronto, eram essas as cinco. Isso dá portanto, o seguinte por Poder: o poder executivo, prudencial o limite da LRF é 48.6. O prudencial é 46, o executivo está com 44, o legislativo 3.4; prudencial 3.23 está muito confortável o legislativo, 2.34. O judiciário 6, o prudencial 5.7; 5.27 ou seja essa coisa lá precisa ser avaliada melhor. E o Ministério Público também, 1.9 de limite prudencial e está 1.65 da receita corrente líquida.

Então esses dados que precisam estar atentos, senhores deputados, podem realmente fazer uma análise ainda mais aprofundada desses números, mas eu encerro a minha exposição. E continuo portanto, à disposição para poder esclarecer dúvidas ou qualquer outro assunto, aquário ou que for, emendas do piso dos agentes de saúde, o que quer que seja, se eu puder, eu poderei contribuir para esse esclarecimento. Era isso senhor presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JÚLIO CÉSAR (PTN): A presidência agradece a explanação do secretário da fazenda, Mauro Filho.

Gostaria de registrar novamente a presença dos deputados começando pelo Deputado Evandro Leitão, Deputado Walter Cavalcante, Deputado Audic Mota e o Deputado Roberto Mesquita.

E abrimos agora a palavra aos parlamentares que queiram fazer ponderações, comentários e indagações ao secretário. Quem gostariaw Então pronto. O primeiro é o Deputado Roberto Mesquita.

SR. DEPUTADO ROBERTO MESQUITA (PV): Senhor presidente, Deputado Júlio César, senhores deputados, Deputado Evandro Leitão, Deputado Walter Cavalcante, Deputado Audic Mota, senhoras e senhores funcionários da Secretaria da Fazenda, senhores assessores, senhores que nos visitam.

Essa audiência pública, Deputado Mauro Filho, que por 24 anos orgulhou esse parlamento e fez escola nessa Casa. Sua presença forte e professoral nesse parlamento ainda faz com que nós sempre tenhamos na memória as suas falas e os seus ensinamentos. Eu não tenho dúvida, Deputado Mauro Filho, secretário Mauro Filho, que o senhor é um dos construtores do estado do Ceará. Na história recente do Ceará o seu trabalho em várias pastas e aqui nesse parlamento, faz do senhor um dos que construíram o nosso estado mais moderno.

Deputado, nós vimos na sua fala a preocupante e nítida queda na transferência dos recursos da União, o que nos remonta às falas políticas que tivemos quando ainda se pensava em quem iria ser o próximo governador - da preocupação do governante em fazer com que o Estado do Ceará receba equipamentos que permitam um incremento da nossa receita. Porque, o que nós estamos vendo, não há mágica nos números, nós já estamos aqui com um comprometimento da ordem de 53,4% de pessoal.

Nós tínhamos um sonho que era o sonho da refinaria, que ia ter o incremento do PIB, e vimos esse sonho ser, com muita boa vontade nas palavras, adiado, e sendo perverso, enterrado, mesmo! O Estado tendo que fazer investimentos para abrigar a refinaria em detrimento de outras necessidades. Mas eu tenho a esperança de que as forças políticas do Estado do Ceará irão continuar se movimentando e lutando para que nós tenhamos esse investimento.

Nós aprendemos muito quando o senhor vem para cá com termos novos, demanda agregada. Ficamos satisfeitos em saber que um estado pobre como o estado do Ceará, ele que pode dever até duas vezes a receita corrente líquida, e ele só deve 8,4 bilhões, e a receita corrente líquida é mais de 14 bilhões, então poderíamos dever até 28 bilhões. E em relação ao Brasil, à dívida do Brasil é de 63% do

produto interno bruto. A dívida o estado do Ceará em relação ao produto interno bruto, é inferior a 10%, menos de 7%, o produto interno bruto deve estar em torno de 110 bilhões, e nós devemos 8,4 por cento. Menos de 8% do nosso produto interno bruto é o que deve um estado pobre como o Ceará.

A primeira vez que nós estivemos aqui, até nos desentendemos, no bom sentido, quando o senhor mostrava as vantagens de ter ido na União ter mandado calcular quanto devia, como o bom cearense e honesto faz, e quitado. Provou o Governador Cid Gomes, e pagaram a dívida do Estado. Naquele momento até a gente questionava, porque nós sabemos como são as ações do governo, e o tempo mostrou que ser bom pagador, como é o caso do Ceará, foi prejuízo.

Estados ricos da nação, como São Paulo, ganharam, e muito, quando o senado mudou o indexador da dívida e fizeram com que o Ceará, pequenininho, precisando de dinheiro, que foi lá e tirou de onde até não tinha, para ficar adimplente, para poder ter o benefício da União nos avais dos empréstimos e outras condições. E o senhor agiu de forma correta e bem intencionada, mas foi prejudicado. O Estado pobre não deve nada porque pagou o que devia. O Estado rico que devia muito teve um benefício da ordem de 58 bilhões. O Ceará poderia estar brincando, e 300 milhões já é uma quantia considerada.

Então me anima muito ter o senhor na condução da Fazenda do nosso estado, como secretário da fazenda. Temos uma confiança muito grande no seu trabalho. E sabemos que se o senhor tivesse almejado o cargo de senador, teria o estado do Ceará um dos representantes mais dignos e combativos que a história poderia mostrar. Tenho certeza que esse fato que poderá ainda acontecer é aquilo que a democracia em determinados momentos faz.

Mas deputado, nós vimos e acolhemos aqui a sua vinda com prazer e regozijo, como diz o presidente, e ainda bebemos da sua sabedoria. E como pouco conhecedores do assunto, nós procuramos dar uma olhada, não nesse quadro resumido aqui da audiência, mas na mensagem que o senhor mandou para Casa, no ofício 30/2015, quando o senhor encaminhou e lá tem o relatório resumido da execução orçamentária, o balanço orçamentário. E nós vimos, deputado, que nessa rubrica, outras receitas correntes, que tem lá multas e juros de mora, aí abaixo de multas e juros de mora, tem indenizações e restituições.

Nós tínhamos previsto na Lei Orçamentária, na LOA(Lei Orçamentária Anual) de 2014, o estado poderia dispor de até 89 milhões. Aí houve uma necessidade, e foi atualizada essa previsão para 200 milhões. E só no bimestre novembro/dezembro foram gastos 126 milhões, fazendo até com que a atualização ainda ficasse negativa em 16 milhões. E eu gostaria de pedir a vossa excelência que pudesse nos falar aqui dessa....

SR. MAURO FILHO (Secretário de Finanças do Estado do Ceará): Esse item, restituições, foi aquela discussão, Deputado Roberto Mesquita, que nós fizemos ainda no final do ano passado sobre o FECOP(Fundo Estadual de Combate à pobreza), fazer aquela restituição ao erário estadual daqueles três itens para ações de baixa renda ,que era a questão da energia até 140 watts, que a União já tinha isentado o PIS e COFINS. E mais outras duas: Transporte urbano, combustível de transporte urbano. E um terceiro item que eu não me lembro. Sim, nós tínhamos também um tratamento diferenciado para medicamentos de baixa renda. Então esse valor, na realidade, de 88 para 200, a restituição que o FECOP fez ao erário no valor de aproximadamente 113 milhões, e é por isso então que a previsão inicial que era de 88 ela passa para 200, é a explicação majoritária para esse item *receita de restituições*.

SR. DEPUTADO ROBERTO MESQUITA (PV): E que a Assembleia aprovou a discussão, o governo no final do ano bebeu água, faltou dinheiro e precisou meter a mão no Fundo Estadual de Combate à Pobreza.

Eu, novamente aqui faço uma crítica, essa de natureza política, que é inconcebível um Estado pobre como o nosso, ter um Fundo de Combate À Pobreza, e esse fundo é do sacrifício do cearense, porque aumenta a alíquota de determinados produtos para irrigar esse fundo, e esse fundo sobra dinheiro, deputado! Mostra uma incompetência nossa de a cada ano nós vemos o estado com muitas necessidades, muitas necessidades, e ter sobrado.... É um comentário de natureza política.

E aproveito para perguntar ao Deputado Mauro Filho, a questão da *Lei Kandir*, aquela devolução de créditos. Quanto foi que nós devolvemos no ano passado de 2014, aqueles créditos tributários?

SR. MAURO FILHO (Secretário de Finanças do Estado do Ceará): Veja o seguinte: a Lei Kandir, desde 1997 para 98, os estados não cobram mais o ICMS dos produtos exportados. Isso foi uma lei federal que retirou, negociado com os Estados, e a União se comprometeu: estados retirem o ICMS dos produtos exportados que eu compensarei vocês desse valor. A União fez isso nos três primeiros anos e depois ela não fez mais

Por exemplo: Para quem gosta de números, os estados brasileiros desoneram aproximadamente 24 bilhões de reais para produtos exportados, a União compensa 3.8 bilhões. Então, por isso que os Estados brasileiros, inclusive São Paulo, pararam de pagar, porque só se paga até o limite da transferência

que o Governo Federal faz em relação a essa questão. O estado do Ceará, no entanto nós vínhamos fazendo leilões, o Secretário João Marcos, que me substituiu em 2014, ele inclusive fez leilões para poder, mesmo sem o recebimento do Governo Federal, o Estado não deixar de honrar os compromissos com as empresas que estão aqui exportando, na confiança do recebimento desses valores.

Isso gera inclusive uma vantagem comparativa para empresas exportadoras que vêm para o Ceará tendo a segurança de que a Lei Kandir, ela é cumprida aqui no Estado do Ceará. Mas realmente a União hoje compensa 3.8 bi para os 24 bilhões que os estados desoneram. O maior estado, com certeza, São Paulo, o estado só paga... então se São Paulo recebe, vamos dizer 600 milhões, então ele só paga o crédito até 600 milhões, depois ele para e não quer saber de leilão, nem nada, nem compensar.

SR. DEPUTADO ROBERTO MESQUITA (PV): E nós no Ceará?

SR. MAURO FILHO (Secretário de Finanças do Estado do Ceará): Nós no Ceará, eu pessoalmente vinha fazendo dois ou três leilões por ano, ou seja, isso chegava muito perto do valor aproximado de 90, 100 milhões/ ano desse crédito. O João Marcos fez dois no ano passado, e deve ter dado 75 milhões mais ou menos. Então isso varia muito.

SR. DEPUTADO ROBERTO MESQUITA (PV): Nesse leilão o estado pega um deságio? É um leilão reverso, é ao contrário?

SR. MAURO FILHO (Secretário de Finanças do Estado): Exatamente. Como é que funcionava antes? A empresa tinha o direito, e ia para as empresas que compravam esses créditos, a empresa que comprava o crédito dizia: "Rapaz eu compro, mas eu quero 10%, 11%, 8% ou 5% ou 6% de deságio". Aí eu pensando naquilo e trocando ideias com o próprio Governador Cid Gomes, nós pensamos nessa história: "Rapaz, vamos fazer um leilão". **Tudo** bem, nós vamos pagar. Agora, do mesmo jeito que vocês pagavam lá pra... não vou dizer os nomes das empresas, eu quero que vocês paguem agora o Estado. E foi aceito. Mandamos uma lei para a Assembleia, a Assembleia aprovou e passamos a fazer esse leilão com esse deságio que varia de 6 até 10, 11, dependendo do leilão, porque isso é feito por lotes - lote de 5 milhões, lote de 500 mil. Então teve lote que chegou até 13% de deságio. Isso é o mecanismo que funciona e está funcionando.

SR. DEPUTADO ROBERTO MESQUITA (PV): É por isso, deputado, que eu me sinto muito bem representado com a sua presença na Secretaria da Fazenda, porque há fatos, Deputado Audic Mota, que nos orgulha. O Estado do Ceará nos últimos anos andou até na contramão do Brasil, ele desonerou a carga tributária de muitos produtos e aumentou consideravelmente a sua arrecadação, e isso graças ao Deputado Mauro Filho, que é um homem que procura dialogar com todos os segmentos, atende a vários segmentos. *Olha, pessoal, vocês tido esteio pagando. O que é que é justo?* Entra em entendimento com o segmento, define uma meta agora, e a partir de agora nós vamos entrar com o nosso rigor. O estado hoje tem uma gestão fiscal moderna, com scanners. E graças a isso é que nós estamos sobrevivendo, porque só as transferências do governo que antes era a nossa bengala, já hoje não...

SR. MAURO FILHO (Secretário de Finanças do Estado do Ceará): Deputado, se eu puder enriquecer! O Paraná não está pagando o pessoal, atrasou inclusive professor; Rio Grande do Sul não está; Rio Grande do Norte todo mundo já sabia; os Estados vizinhos nossos, para não falar os nomes, também todos dois estão com problemas. Temos o Distrito Federal, que não está pagando. Você tem dez Estados no Brasil que não estão pagando pessoal, só para se ter uma ideia de como encontra-se a situação fiscal desses Estados pelo Brasil afora.

SR. DEPUTADO ROBERTO MESQUITA (PV): E o Ceará com dificuldades, vive momentos difíceis, a economia desacelerando, mas cumprindo todos os seus compromissos e com uma previsão de poder honrar os investimentos planejados.

Deputado, o senhor falou da questão da previdência. Ano passado nós discutimos a reforma da previdência, e naquele momento o estado se obrigou a mandar a reforma da previdência, porque senão ele ia ficar sem a certidão, sem o CRP (Certificado de Regularidade Previdenciária), ele não ia poder contratar. E estava numa encruzilhada: ou ele criava uma previdência própria, que tem o fundo de previdência complementar, ou ele parcelava o déficit atuarial, que dava em torno de 39 bilhões, e que inviabilizava. E mais o parcelamento, que era outra opção da reforma da previdência.

O Estado tinha duas opções: ou ele criava um novo modelo para os funcionários que iriam ingressar a partir de janeiro de 2014, um novo modelo, que se quisesse aposentar acima do teto eles teriam que contribuir para uma previdência privada, onde o estado seria o gestor desse fundo de previdência... o problema é que nós ainda não instituímos. E a outra opção, parcelava, o que era calculado como déficit atuarial. E o senhor disse que ainda não criamos. Nós não vamos ter problema já já, não?

SR. MAURO FILHO (Secretário de Finanças do Estado do Ceará): Não. Eu estou defendendo no Estado, e acho que o governador vai mandar para cá, porque os Estados brasileiros estão aguardando criar a gestão nacional para todo mundo aderir, porque o custo de gerência é diluído para todos os Estados, mas isso está demorando muito. Então, eu estou defendendo junto ao governador, o Secretário Hugo do

planejamento também está com esse raciocínio, de o estado do Ceará implantar já esse ano, independente dos outros Estados ou da criação dessa gestão nacional. Vossa Excelência tem razão, eu defendo essa criação e o Estado deve implantar já no exercício de 2015.

SR. DEPUTADO ROBERTO MESQUITA (PV): Eu fico satisfeito, deputado. E é mais uma vez um prazer ter a oportunidade aqui de ver o nosso Estado tão bem gerido pela sua competência na Secretaria da Fazenda, e nos orgulha contar com a sua experiência aqui, os seus ensinamentos aqui na Assembleia Legislativa. Eu queria depois mudar o assunto, como o Deputado Mauro Filho, secretário, provocou, para após os deputados, falarmos do Aquário.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JÚLIO CÉSAR FILHO (PTN): Pois não. Já que o Deputado Mauro Filho abriu. Mas agora há inscrição. Vamos passar a palavra ao Deputado Walter Cavalcante.

SR. DEPUTADO WALTER CAVALCANTE (PMDB): Primeiro, boa tarde, presidente. Boa tarde, Secretário Mauro Filho. É um prazer grande, e com certeza a secretaria, mais uma vez, está em boas mãos.

Mas, secretário, eu tenho duas preocupações. Preocupações essas no sentido do repasse da União para o Estado. Eu, no começo do governo, eu estou falando agora, daqui de janeiro pra frente, o governo começou a reduzir gasto pessoal, 25%, linearmente, segundo notícia que foi...

SR. MAURO FILHO (Secretário de Finanças do Estado do Ceará): Do serviço público, gasto com o Pessoal é incompressível.

SR. DEPUTADO WALTER CAVALCANTE (PTN): Não, eu estou falando.... então eu vou corrigir. Então, cargo comissionado, terceirizado, esse negócio todo, porque funcionário não pode, claro que funcionário além de ter estabilidade, ele não pode ser reduzido. Aí eu faço uma pergunta: Esses valores que estão sendo reduzidos são em função dos repasses que o Governo Federal não está efetuando com relação às obras que já foram contratadas pelo governo da gestão passada, inclusive a obra do VLT, as obras da Copa, que algumas delas não foram concluídas, até em nível municipal, alguns repasses, redução do FPM? Enquanto o Ministério da Fazenda diz o seguinte: que o governo federal vai segurar os Estados e municípios, de todo e qualquer novo tipo de empréstimo. E aí a preocupação vem no sentido da obra do aquário.

Se o Governo Federal disse, segundo eu ouvi do próprio ministro da fazenda, dizendo que todo e qualquer empréstimo novo, quer dizer, ia ter uma peneira muito grande para poderem aqueles empréstimos ser autorizados no Senado.

A minha pergunta: Isso vai inviabilizar alguma ação do Governador Camilo Santana? Ou ele está fazendo algum tipo de planejamento, não só reduzir essas despesas, certo? Que eu acho que no geral é uma matriz, mas em termos de valores eu não sei se pode ser suficiente pra compensar essas obras que estão aí em andamento no Governo do Estado. É a primeira pergunta nesse sentido, e que V. Exa. pudesse me dar essa informação, e dizer quanto foi que nós o Estado perdemos de repasse do FPM.

SR. MAURO FILHO (Secretário de Finanças do Estado do Ceará): Bom, então primeiro em relação à contenção de gastos, o que nós estamos fazendo é antecipando a possibilidade que eu acho que está iminente de a economia brasileira se retrair, e quando ela se retrai a arrecadação cai. Então pra cair, na mesma situação do Paraná, do Rio Grande do Sul Minas Gerais está com dificuldade, os estados do nordeste aqui e tudo mais, e antes que isso aconteça nós estamos tomando medidas, 25%, não é só de cargo comissionado.

Tem uma meta de 25%, se ela vai cortar no combustível, na energia, no terceirizado, para nós, para o Comitê Gestor do Estado, que é a Secretaria da Fazenda, Secretaria do Planejamento, a Casa Civil, Procuradoria e a Controladoria, pelo menos para mim, o que eu acho importante é o valor. Então pode alguém tomar medidas mais duras num canto e menos na outra. Então, na realidade eu já sei que a União nos últimos quatro meses reduziu receita. Então eu já posso fazer... se agora que ela acabou de aumentar a taxa de juros, e nas economias de baixo salários as pessoas compram muito a crédito, o preço do crédito é a taxa de juros. Quando você eleva juros encarece crédito e reduz demanda. Então todo mundo já sabe que isso funciona muito fortemente, sobretudo aqui no Brasil, nas economias de baixo salário.

Então você vai ter uma diminuição da demanda e consequentemente desacelera a economia, aumentando imposto, que essa é a diferença do Ceará do Brasil. Aqui nós estamos fazendo um ajuste também muito forte, mas com corte de gastos, nós não estamos ainda falando em aumentar tributos. Que aqui a minha experiência nos últimos sete anos foi mostrar ao Brasil, e esse era o ciúme do Ministro Guido com o Governador Cid Gomes e comigo, porque ele não compreendia que quando ele baixava o IPI a arrecadação do IPI caía, e nós quando baixávamos o ICMS a arrecadação do ICMS subia.

Então esse foi o grande charme da condução da política econômica do estado foi mostrar ao Brasil que era possível você aumentar a eficiência e sem ter que ter a necessidade de aumentar impostos, que é o que o governo federal está fazendo para cobrir esse diferencial de receita e despesa que ele tem muito grande, Deputado Walter Cavalcante, muito grande, e isso nos preocupa.

Então o Ceará está se antecipando a dificuldades, que no meu modo de ver, posso estar sendo pessimista, ela vai acontecer a partir de junho, julho, todo mundo vai começar a sentir. Então é muito melhor o estado estar agora com a sua redução já feita, e capaz de fazer os investimentos do que esperar ela se instalar e aí não ter mais tempo para fazer a correção. Por isso que reajustes, antes do senhor chegar eu falei, que não existe nenhum estado no Brasil que dê reajuste a servidor todo ano, nenhum. Eu sou professor da Universidade Federal do Ceará não tenho reajuste todo ano. Como eu estava falando para que todos telespectadores possam ter...

SR. DEPUTADO ROBERTO MESQUITA (PV): Nem a reposição inflacionária?

SR. MAURO FILHO (Secretário de Finanças do Estado do Ceará): Ninguém, não existe nenhum, nem a União. Eu sou professor da UFC passei três anos sem receber, agora eu estou recebendo 5%, 5%, 5% de três vezes. Pode perguntar! Então essa história que está não sei aonde, não sei aonde, eu vejo muita conversa, porque não tem nenhum estado, nem a união. E é porque dizem que está lá, não sei aonde, não sei aonde, não sei aonde.

Deputado Walter Cavalcante, Deputado Evandro Leitão, nenhum. Poderia ter até a humildade... antigamente até 2009, o Mato Grosso ainda dava, e não aguentou, parou. E, além disso, como o déficit da presidência é muito grande, o Estado do Ceará ainda mantém a menor alíquota da previdência que é 11%. O Paraná já está em 17%, pode se informar e ligar pra lá. Pronto, vá a São Paulo pergunte ao servidor qual é alíquota da previdência dele, é 14% e aqui é 11%, lá eles pagam saúde e aqui não paga. Eu compreendo: *Olha o ISSEC não está atendendo, só tem uma consulta uma vez por mês*. Eu compreendo tudo isso. E o secretário Hugo vai aprimorar isso, mas o servidor não tem nenhum ônus, zero. Ou seja, vai chegar um limite de que isso vai ficar difícil, vai extrapolar.

Bom, segundo ponto as questões das operações de crédito. O Ministro Levy foi claro, enfático no que diz respeito a novas operações de crédito. Mas ele me disse, pessoalmente, que vai separar o joio do trigo: quem está financeiramente saudável de quem não está. Então, eu tenho os números para apresentar, ele vai ter que me contestar. Eu pago 6% por ano, quando a lei é 11,5. Eu só devo 40% dos 200% que a lei me autoriza, eu só contrato 14% por ano.

Então, eu tenho números, e se ele vai encontrar outra maneira eu não sei. Mas o Ceará vai continuar buscando essas operações de crédito, porque a margem é muito grande. Ex Im Bank (Export and Import Bank), V.Exa colocou, e deixe-me logo esclarecer aqui um ponto: Essa operação de crédito, ela já consta do PAF, que é o Programa de Ajuste Fiscal, isso já consta desde 2013. É só perguntar ao tesouro se o Ex Im Bank (Export and Import Bank) está no PAF, que é o Programa de Ajuste Fiscal do Tesouro Nacional. Estão dizendo que a COFIEIX (COMISSÃO DE FINANCIAMENTOS EXTERNOS) não aprovou. Aonde? Eu quero saber quem é que está dizendo isso, qual é o deputado, qual é a imprensa que está dizendo isso, porque isso é uma mentira. Mas isso fica sendo repetido.

O Estado já tinha... olha para que eu pudesse ir ao Ex Im Bank (Export and Import Bank), ou então o secretário Bismarck, para fechar a operação de crédito, quando a diretoria aprovou, eu fui ao senado americano. Porque lá a operação do Ex Im Bank (Export and Import Bank) tem que ser aprovada pelo senado federal. Fui lá para a comissão. Aliás, me senti altamente realizado porque o senador veio me pregar que "Olha, essa operação para o Brasil". E eu fiz um deleite pessoal. "Eu estou preocupado com o país do senhor. o senhor tem um desemprego muito alto, o seu país deve muito como proporção".

Rapaz, eu, era época da crise, era 2012, sei lá quando é que era, 2013, enfim, para ele foi até constrangedor, e aprovaram na hora, aprovaram na hora. Portanto, essa história de dizer que não está aprovado. O que houve foi o seguinte: a COFIEIX (COMISSÃO DE FINANCIAMENTOS EXTERNOS) deu autorização por um ano, para contrair o empréstimo. A gente foi, o Tesouro aprovou, o Ex Im Bank (Export and Import Bank) aprovou, o senado aprovou e ninguém contratou. Porque existem quatro cláusulas que.... o Secretário Arialdo e o Secretário André, a informação que eu tenho que quarta-feira eles vão estar na Assembleia para discutir isso com vocês, eu estou só adiantando os detalhes, que eu vivi um pouco, vivi um pouco isso lá.

Tem quatro cláusulas que o Ex Im Bank (Export and Import Bank) não aceita. Veja que o Ceará já contrata com o Banco Mundial, Banco Interamericano, KFW, MLW, nós temos uma experiência muito vasta com contratos externos que nós fazemos com essas instituições financeiras multilaterais. O Ex Im Bank (Export and Import Bank) nunca conseguiu operar no Brasil, e agora é que vai fazer a primeira operação, mas infelizmente tem três cláusulas que nós estamos negociando para ver se eles retiram. Inclusive fórum, uma delas. Ele quer que o fórum possa ser aqui ou lá. A PGFN bota dificuldades para fazer isso.

Ele acha que o Brasil deve insistir no fórum. Então, tem algumas cláusulas. O que é que aconteceu? Como essa negociação... deixe para quarta-feira o pessoal vir aqui falar, para não dizer que estou... então o que é que aconteceu? Como nós passamos 2014 inteiro, de março pra frente descobertos, porque a contratação ninguém assinava. O contrato. A operação já foi aprovada faltando assinar o contrato para poder receber o dinheiro. Aí o que é que aconteceu? A COFIEIX (COMISSÃO DE

FINANCIAMENTOS EXTERNOS) teve que se reunir novamente para postergar o prazo. E assim o fez no dia 17 de dezembro de 2014. Durou mais um ano. Até porque ninguém está precisando de mais dois, nós queremos fechar isso daqui pra novembro, nós vamos ter que fechar isso.

Então eu quero aproveitar este momento para onde o Deputado Walter Cavalcante, escutar alguém dizendo que essa operação não está aprovada, por favor, rebata com veemência. Porque essa informação não tem procedência. Ela está sendo dita de maneira leviana e tudo mais. Porque esse eu estou dando a data. A data da recolocação da COFIEX(COMISSÃO DE FINANCIAMENTOS EXTERNOS) é do dia 17/12/2014, que é o que me deram aqui, que a SEPLAG acabou de informar a nossa assessora aqui que foi dia 17/12. Agora a operação existe? Não existe ainda, porque o contrato não foi assinado, mas foi aprovado, está tudo certo.

Retirando essas três ou quatro cláusulas, o estado assina e pronto, vamos atrás do dinheiro. Especificamente o do Ex Im Bank (Export and Import Bank) não, porque ele já está na nossa planilha. Você pode até pensar na dificuldade dos próximos, tudo bem. "Olha, mas ele falou". Eu compreendo. Apesar de nossos números serem muito sólidos Mas, nova operação, ele pode, essa aqui não. Essa aqui está lá no PAF (Programa de Ajuste Fiscal) vou dar o número, é o anexo 5. O Deputado Roberto Mesquita que é muito eficiente na busca dessas informações, no anexo 5 está lá constando a operação, há muito tempo, já há muito tempo. O PAF, Fabrício você sabe, o PAF de que ano a operação do Ex Im Bank (Export and Import Bank) iniciou, a constar 2012 ou 2013? 2013, já tem tempo que está lá. Então, na há... não.

SR. DEPUTADO WAGNER CAVALCANTE (PMDB): Mesmo que o Ministério da Fazenda queira, como é que se diz?

SR. MAURO FILHO (Secretário de Finanças do Estado do Ceará): Acochar. Das docas eu até admito, mas essa aqui já está lá dentro.

SR. DEPUTADO WAGNER CAVALCANTE (PMDB): Essa aqui não tem nem perigo. Eu tinha certeza porque quando eu vi o editorial, eu sabia porque uma operação de crédito, você sabe que ela tem uma linha e ela vai até o final. O banco dá, o senado daqui, o senado de lá, para aprovar qualquer recurso, ele tem um trâmite que não tem como fugir.

SR. MAURO FILHO (Secretário de Finanças do Estado do Ceará): A COFIEX(COMISSÃO DE FINANCIAMENTOS EXTERNOS) tem que opinar.

SR. DEPUTADO WAGNER CAVALCANTE (PMDB): Agora, a assinatura do contrato do empréstimo. Aí é outra coisa.

SR. MAURO FILHO (Secretário de Finanças do Estado do Ceará): Ah, isso aí dá problemas, aí é outra coisa, e nós estamos tendo problemas mesmo.

SR. DEPUTADO WAGNER CAVALCANTE (PMDB): Esse não foi assinado, não.

SR. MAURO FILHO (Secretário de Finanças do Estado do Ceará): Esse aí tem problemas mesmo. E não por nós, pela exigência da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, que eu acho que isso deve ser discutido quarta-feira aqui nesta Casa. Eu já me adiantei numa delas.

SR. DEPUTADO WAGNER CAVALCANTE (PMDB): Não, tudo bem. Eu fico até tranquilo. Eu queria só que Vossa Excelência concluísse com relação a essas obras do VLT. Se os empréstimos também poderão sofrer alguma retração.

SR. MAURO FILHO (Secretário de Finanças do Estado do Ceará): O VLT já está com a operação também constando na nossa programação, mas boa parte do VLT ,o atraso dela foi a empresa que faliu e as duas licitações subsequentes desertas. Então o Ceará está sofrendo. E eu espero ontem dos 75 bilhões que a União colocou, tem 15 bilhões do PAC lá dentro para ser liberado agora a partir de amanhã. Do PAC 2, a partir de segunda-feira. Eu espero, e a minha expectativa é que o governo federal compreenda a relevância do Ceará, a estrutura fiscal que ele gerou e que ele contribuiu para o governo federal, eu espero que o Ceará seja completo. Porque boa parte da fonte dessas duas ações aí é PAC, é PAC. Mobilidade. Eu espero que o Ceará...

Outra obra importante, inclusive o governador teve ontem lá tratando sobre isso, o Cinturão das Águas, que também faz parte do volume de investimentos do governo federal.

SR. DEPUTADO WAGNER CAVALCANTE (PMDB): Deputado Mauro Filho, só para concluir essa pergunta. Eu queria, eu fico muito feliz porque a coisa melhor que tem é você esclarecer. Isso é bom porque principalmente nós aqui, deputados, somos cobrados. É importante que tenhamos essa convicção que V. Exa. traz, exatamente porque muitas vezes eles jogam a matéria e não vê a fonte e depois que a farinha está feita, para corrigir é difícil. Eu sei o que é isso. Mas eu queria lhe fazer outra pergunta.

Em função dos recursos, desses recursos dessas próximas obras que o governo Camilo Santana colocou no programa de governo dele, que por sinal são obras as quais vão precisar de empréstimos internacionais. Vossa Excelência não acha que em função de toda essa retração que o governo brasileiro está tentando reajustar, equilibrar seu PIB, sua despesa, Vossa Excelência não acha que este ano de 2015 vai ser um arrocho muito grande aqui no Estado do Ceará? E eu lhe faço a pergunta.

Agora minha pergunta é essa: Com relação ao que nós já investimos na refinaria, V. Exa. não acha que o governo poderia, mesmo sabendo a tentativa desta Casa também, juntamente com o nosso presidente, Vossa Excelência não acha que o governo Camilo deveria pedir uma compensação ao Governo Federal para que pudéssemos amenizar esse sofrimento aqui que poderemos passar em função dessa retração de crédito?

SR. MAURO FILHO (Secretário de Finanças do Estado do Ceará): Dois pontos: operações de créditos e compensação da Petrobras.

Em relação a operações de créditos, eu tenho uma posição singular. É muito bom você se endividar quando o dólar está alto para pagar daqui a quatro anos quando está baixo. Porque eu vou receber por cada dólar, eu vou receber R\$ 3,00. A economia se estabiliza daqui a três anos ou quatro. Você vai pagar o mesmo dólar, retornando eu vou pagar com 1.80 a 2.00. Portanto, financeiramente é o inverso do que as pessoas normalmente raciocinam.

Nós vamos lá, eu vou pegar 100 milhões de dólares hoje, então eu vou pegar a 280 milhões. Vamos dizer que seja três anos de carência, tem que começar os dólares de volta. Mas aí a economia se estabilizou, a relação dívida PIB começou a cair, esse dólar começa a voltar para o patamar normal. O melhor do mundo. Então eu não vou precisar de 280 milhões de reais. Eu vou precisar o contrário, eu vou precisar de 200 para pagar os mesmos 100. Portanto, financeiramente para quem raciocina com visão no mercado financeiro é muito bom que se faça isso e não o inverso que se esteja preocupado.

SR. DEPUTADO ROBERTO MESQUITA (PV): Secretário, me permita.

Então a propósito disso, o Estado do Ceará se beneficiou várias vezes com os empréstimos do Prodetur.

SR. MAURO FILHO (Secretário de Finanças do Estado do Ceará): Muitas vezes.

SR. DEPUTADO ROBERTO MESQUITA (PV): Quando na variação cambial ele estava fazendo a rodovia estruturante. O dólar se valorizava e ele ainda sobrou. Por exemplo, a praia ali da Paraipaba, lagoinha, aquela região foram recursos da sobra da licitação e da valorização cambial. Agora o risco que corre o pau corre o machado.

SR. DEPUTADO WAGNER CAVALCANTE (PMDB): Isso se receber o recurso logo. Porque se deixar o recurso para depois, e uma parcela, aí é...

SR. MAURO FILHO (Secretário de Finanças do Estado do Ceará): Isso que eu estou citando, isso é um raciocínio que se deva fazer. Eu não estou dizendo que nós vamos sair tomando operação de crédito agora. Acho que este ano de 2015 é um ano de prudência, é um ano de ajuste de gastos, é urna preocupação com gasto com Pessoal, com custeio. Então, não só dívida, não. Tem que fazer o planejamento do Estado para os próximos dez, quinze anos. O Governador Camilo está pensando também o que fazer, está quase tudo pronto nos próximos quatro, que é o seu governo. Tendo feito esse planejamento, você cria horizonte de voo muito tranquilo, desde que a solidez fiscal esteja assegurada.

Quanto à Petrobras, eu vou fazer aqui um argumento que eu queria deixar para reflexão depois. Durante seis anos o preço do barril crescia, o preço da gasolina crescia em todo mundo, e do Brasil ficava mais ou menos estabilizado. Descapitaliza a Petrobras. Tem alguma dúvida quanto a isso? durante seis anos. Por quê? Porque o preço do combustível é um instrumento de política econômica no Brasil. um instrumento de política econômica. É um vetor inflacionário. Então, o governo intervém na empresa por causa dessa estrutura de condução de política macroeconômica. Então ela sofreu muito com isso.

Agora, vamos fazer o inverso. Então o dólar subiu, o combustível subiu em todo o mundo. Nós estávamos há dois anos com um dos combustíveis mais baratos do mundo. Agora vai acontecer o inverso. A Petrobras se descapitalizou em função da crise que está instalada com boa parte dos seus gestores. Ela não só perdeu confiança, perdeu grau de investimento, perdeu capacidade de terceiros investirem nela. No entanto, se ela conseguir, eu não sei se vai conseguir...

O barril caiu a US\$ 47 hoje está US\$ 47 o barril Brent de petróleo no mundo por aí. Então o preço dela é para cair porque o dólar caiu. Pelo contrário, nós estamos aumentando o preço, o governo federal está aumentando o preço da gasolina. Eu, em meu raciocínio, vai ser o momento de recapitalização da Petrobrás. Ela está comprando barato, vendendo caro. Que era o inverso que ela passou seis anos comprando caro e vendendo controlado o preço aqui.

SR. DEPUTADO ROBERTO MESQUITA (PV): Secretário, o senhor está coberto de razão, se ela parar de investir no pré-sal. Porque o pré-sal, que foi um sonho também e foi uma concepção inclusive que a Presidente Dilma, no seu primeiro mandato, ela vendia como a salvação do Brasil, ele foi concebido, o ponto de equilíbrio dele é o barril a 70 dólares. Porque de certa forma ele viabiliza os investimentos do pré-sal.

SR. MAURO FILHO (Secretário de Finanças do Estado do Ceará): Eu estou fazendo um raciocínio aqui de porta de bodega. Você tem um preço a 47, portanto o preço dela era para estar caindo, e nós estamos e o governo federal está autorizando o aumento.

A Petrobrás em 24 meses, Deputado Walter Cavalcante, se essa situação persiste 24 meses, dois anos, a Petrobrás se recapitaliza. Isso não é coisa de dez anos, vinte anos, não. Eu estou falando de 24 meses para a Petrobras se recapitalizar. Com certeza, o Governador Camilo vai cobrar. Nós estamos finalizando os valores desse ressarcimento, mas antes o governo quer ouvir, por escrito, a Petrobrás, ela dizer, ela falar se é adiamento, se é corte para a vida toda, enfim, até porque programação de investimento entra e sai, entra e sai, entra e sai. Ela faz todo ano. Ela retirou de sua programação de investimento as duas refinarias, a daqui e a do Maranhão.

A minha sensação, eu, primeiro o governo vai ressarcir, não quero nem saber, ele vai lá ressarcir isso aí. No entanto, apesar de acharmos que é o fim da linha... com a siderúrgica foi à mesma coisa. Nós passamos quantos anos que se falava em siderúrgica. E está aí sendo feita, 13 mil trabalhadores, isso vai aumentar o PIB do Estado em pelo menos 18%. E não é só o impacto de aumento do PIB dela própria, mas sim, do potencial econômico de ela gerar empresas agregadas ao aço que está sendo gerado. Quem sabe o Ceará não possa ter uma indústria automobilística? Eles não querem vir para cá porque pega tudo lá barato. Já pensou trazer o aço de lá por cá. É uma confusão. Até porque o grande mercado consumidor está lá, ele produzir aqui para levar para lá de volta. Tem que ter outros custos envolvidos. Então, o Ceará poderá ter uma vantagem competitiva ou comparativa como queira, de em função da instalação da CSP você ter outras coisas ao seu redor.

Portanto, em relação à Petrobras, eu acho que ela pode em um curto espaço de tempo, se essa situação persistir, ela pode se recuperar e inclusive reavaliar sua programação de investimentos. Mas o Estado vai ser firme, e V. Exa. tem razão nessa cobrança do ressarcimento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JÚLIO CÉSAR FILHO (PTN): A presidência, estava inscrito o Deputado Audic, mas é um comentário rápido. Então, Deputado Audic. Está aberto para a participação.

SR. DEPUTADO AUDIC MOTA (PMDB): Obrigado presidente. Primeiro registrar a nossa satisfação aqui de receber uma aula do caro Professor Mauro Benevides, e obviamente, Professor Mauro quem não tem a vivência que V. Exa. tem e quem ainda tem muito a aprender, até compreender a própria explanação que V. Exa. faz. Eu queria... duas dúvidas. Uma V. Exa. já me contemplou que eu ia falar sobre a questão das terceirizações, que também são alvo de corte pelo governo, como V. Exa. disse. E a segunda, já vendo essa questão do aquário, que me chamou atenção quando V. Exa. fazia esse cálculo do dólar, da contratação e do pagamento do dólar. Na verdade é saber a quanto você comprou o dólar quando você pediu emprestado e a quanto você vai pagar. O resumo da ópera é esse.

Na obra do Aquário, a previsão do contrato em 2010, salvo engano, ano da assinatura do contrato, a previsão inicial era de 105 milhões ou 150 milhões. A obra total 150 milhões, independente da fonte inicial de pagamento, pelo menos de obtenção de recurso. Existia uma cláusula no contrato que dizia respeito a essa equação cambial, a relação entre o câmbio e a obra. Que ela previa, salvo engano, minorasse ou majorasse acima de 2%, e salvo engano, também pela leitura rápida, até porque não estava predisposto, apenas como V. Exa. se colocou à disposição eu me permiti já tentar compreender isso. Existe no contrato essa previsão de que sempre que houver uma variação cambial pra mais ou para menos, resumindo, acima de 2% , da margem de 2% haverá uma repactuação.

Aqui nós não estamos a falar da repactuação do dólar, porque o dólar ninguém repactua. O dólar é o mercado quem diz o preço. Mas a repactuação que nos chama atenção, do valor da obra. Justamente porque se nós pegarmos o orçamento inicial de 2009, 150 milhões representava algo em torno, o dólar a 1.70...150, 230 milhões; 240 milhões. 1.70 que é 1.62, mas... pronto. Se nós pegarmos hoje o saldo que ainda falta obter do empréstimo internacional, sem entrar no questionamento quanto à existência de aprovação, validade, invalidez, deixe isso para um momento posterior. Os 105 milhões hoje representariam 300 milhões de reais, aproximadamente.

Obviamente a grosso modo, a 2.80 daria um pouco mais na verdade. Pronto. Então o próprio valor hoje em real representaria mais do que o valor inicial, sem levar em conta já a parte aportada pelo Estado. E nós sabemos que da operação do contrato, ela não pode ser toda vinculada em dólar até porque, salvo engano, metade das peças tem que ser produzidas lá, tem uma questão dessas. Então eu queria saber, e o contrato diz que essa repactuação levará em conta a boa fé entre as partes. Não preestabeleceu pelo menos *en passant*, e é isso que eu quero aqui ouvir do professor, como isso foi feito, se isso já foi tratado entre o Estado e a empresa que está construindo o Aquário, e como isso está sendo feito.

Qual o critério foi estabelecido pra isso, se realmente isso já foi pensado ou se vai ser pensado somente na hora da obtenção do recurso. Do recurso tão falado, de 105 milhões Essa era uma dúvida que eu tinha e queria ouvir do caro professor. Enquanto economista, sobre a questão da própria variação do estabelecimento desse percentual de 2%, e enquanto secretário da Fazenda, no que diz respeito ao objeto da reavaliação desse orçamento. Na verdade uma revisão desse orçamento da obra com base na variação cambial.

SR. MAURO FILHO (Secretário de Finanças do Estado do Ceará): Primeiro, dizer que essa é uma operação já aprovada. Eu vou aproveitar os telespectadores pra reenfatar, Deputado, presidente Walter

Cavalcante, que V. Exa. me deu essa oportunidade. Porque onde eu ando é essa mesma pergunta, a mesma história e tudo mais. Ela já consta no anexo 5 do Programa de Ajuste Fiscal do Governo Federal, do Estado junto ao governo federal, desculpem.

Essa é uma operação já aprovada pelo Ex Im Bank, cujo contrato de financiamento, Deputado Audic, esse contrato ele vai ter seus termos finais ainda a ser negociado. Esse aí que V. Exa. está falando, talvez seja o contrato entre a SETUR e a própria ICM para a produção dos serviços, não é da obra. Aliás, todo mundo diz, a obra do aquário parou. Eu quero saber onde é que está parado isso. Só indo lá para ver. A obra está andando, não parou nada. O que foi suspenso por dez dias foi o serviço que o Deputado Audic está se referindo. Aquela capa de cima que vai ser feita, é o bojo do aquário, são as visões, aqueles aquários quadrados que estão lá, e assim por diante. Então, essa obra, ela continua lá sendo tocada.

O questionamento que foi feito, foi em relação ao serviço que a ICM, que V. Exa. está falando, em relação à produção desses equipamentos, desses serviços que vão constar lá no aquário. Quando eu falo obra, eu estou falando obra do Aquário: as fundações, as torres, o teto para receber a coberta do serviço, enfim, a obra de engenharia. Eu estava atrás de um termo.

A obra de engenharia, ela continua sendo trabalhada? Sem paralisação por outra empresa a qual eu nem sei qual é, pronto, CG Construções. Pronto ela é quem está tocando essa obra lá e eu não sei qual é a informação que ela está dando para vocês. O que ela tem dito a CG? Era bom depois dar uma passada lá para ver se tem trinta.

SR. DEPUTADO AUDIC MOTA (PMDB): Estamos esperando pra quarta

SR. MAURO FILHO (Secretário de Finanças do Estado do Ceará): Pra quarta. Quarta-feira vai ser o dia. Vai ser o dia, portanto eu acho até que não deveria ter me adiantado aqui a essas...

SR. DEPUTADO AUDIC MOTA (PMDB): Não professor, é esclarecedor. Eu quero só pontuar...

SR. MAURO FILHO (Secretário de Finanças do Estado do Ceará): Ninguém, não **SR. MAURO FILHO (Secretário de Finanças do Estado do Ceará):** Hein? Terça-feira. Ela é para ter 110.

SR. DEPUTADO AUDIC MOTA (PMDB): Secretário, só voltando, eu entendi perfeitamente. Mas quando me referi não era a contratação do empréstimo. É exatamente quanto à obra. A obra, é mantido o valor inicial orçado da obra, independente da variação cambial.

SR. MAURO FILHO (Secretário de Finanças do Estado do Ceará): Independente, é mantido o valor.

SR. DEPUTADO ROBERTO MESQUITA (PV): Professor Mauro Filho, só não muda de ideia quem não as tem. Não é?

SR. MAURO FILHO (Secretário de Finanças do Estado do Ceará): A não ser, ouviu Deputado Audic, que a nova Secretaria de Turismo queira fazer algum ajuste, enfim, alguma alteração. O que está previsto hoje, é o que está dito lá.

SR. DEPUTADO AUDIC MOTA (PMDB): Mas da execução até agora não houve nenhuma repactuação em função da variação cambial.

SR. MAURO FILHO (Secretário de Finanças do Estado do Ceará): Tanto é que nós vamos pagar somente até o limite dos 45 milhões de dólares. Que são 130, 135 milhões, 140 milhões. Até para poder também da empresa, é americana. O Ex Im Bank (Export and Import Bank) só faz operação de crédito para que a empresa americana atue. Por isso que a gente teve que, o Secretário Bismarck teve que contratar lá. E a gente amarrando um pouco isso, também vai fazer com que a empresa ICM pressione lá o Ex Im Bank (Export and Import Bank) assinar com essa confusão do contrato que eu estou me referindo aqui. Então vamos usar isso também.

SR. DEPUTADO AUDIC MOTA (PMDB): E se permitir, professor. Esse foi um dos fundamentos da elegibilidade da licitação?

SR. MAURO FILHO (Secretário de Finanças do Estado do Ceará): Claro. É obrigatório. O fundamento da vinculação do banco à empresa construtora.

SR. MAURO FILHO (Secretário de Finanças do Estado do Ceará): Isso, já analisada pelo Ministério Público e tudo mais.

Porque isso não é uma operação de crédito de um banco. Ela é uma operação de crédito de uma agência de desenvolvimento que só empresta para empresa americana.

E nós temos só duas empresas no mundo que fazem isso. Inclusive, uma é japonesa, que também foi contactada e tal, mas a proposta que ela fez não teve condição, e pelo que eu sei, o Secretário Bismarck preferiu fazer a contratação com ela, e o Ex Im Bank (Export and Import Bank) aceitou.

SR. DEPUTADO ROBERTO MESQUITA (PV): Secretário, professor. Naquele momento quando veio essa Mensagem, foi em 2011 que veio a Mensagem. Era um ambiente de diferenciado. Onde os Estados Unidos estava numa crise violenta, como o senhor acabou de explicar e o Estado do Ceará, até no corpo da Mensagem, apresentava aqui uma robustez econômica maior do que apresenta hoje. Não obstante a comprovada melhoria dos indicadores socioeconômicos do Estado do Ceará, persiste a necessidade de expansão de investimentos em diversas áreas, os quais, por vezes, exige obtenção de financiamento. Essa

era a justificativa do governador Cid na época. E ele explica, ele explica que, a grande maioria dos fornecedores de materiais e equipamentos, é sediada nos Estados Unidos da América.

Uma das principais formas de reduzir os riscos associado a esse projeto é a escolha de agente financeiro que apresente experiência com empreendimentos similares em complexidade e tecnologia. Por essa razão o Estado do Ceará optou por esse projeto específico de negociar financiamento junto ao Ex Im Bank (Export and Import Bank), que é a agência oficial de crédito à exportação dos Estados Unidos. E sua missão é assistir financeiramente a exportação de produtos americanos para o mercado internacional. Soa-me um pouco estranho essas cláusulas impeditivas, se essa instituição é a agência que tem a missão de assistir financeiramente a exportação de produtos americanos, e o Estado do Ceará já com esse contrato aprovado pelo senado, com as condições de pagamento todas equilibradas... o que está dificultando a seu ver?

Outra coisa,

SR. MAURO FILHO (Secretário de Finanças do Estado do Ceará): A assinatura do contrato.

SR. DEPUTADO ROBERTO MESQUITA (PV): Pois é, é estranho. Naquele...

SR. MAURO FILHO (Secretário de Finanças do Estado do Ceará): O senhor acha que o Brasil pode perder o fórum aqui no Brasil e aceitar. Eu acho...

SR. DEPUTADO ROBERTO MESQUITA (PV): Claro que não, claro que não.

SR. MAURO FILHO (Secretário de Finanças do Estado do Ceará): Eu acho, se bem que vários países aceita. A Argentina mesmo aceita.

SR. DEPUTADO ROBERTO MESQUITA (PV): Ou duplo.

SR. MAURO FILHO (Secretário de Finanças do Estado do Ceará): Ou duplo.

SR. DEPUTADO ROBERTO MESQUITA (PV): Ou duplo. Agora veja bem, esse investimento, secretário, ele saiu dessa ordem aí de 270, 300 milhões e hoje a gente já fala nele em 600 milhões com certa facilidade. E olhe mais um detalhe: não está sendo levado em conta neste valor a desapropriação daqueles imóveis que darão vida ao equipamento. Você já imaginou um equipamento do porte do aquário, se não tiver naquele entorno ali, que já tem uma dificuldade de imobilidade urbana grande, se não tiver naquela área para estacionar. Eu vi o senhor muitas vezes defender, a bem da modernidade, as parcerias públicas/privadas, como o Estado fez no Vapt Vupt, arena Castelão, ponte estaiada e tudo. Não seria o caso de se tentar, e mostra inclusive aqui, que a expectativa que vai receber 1,2 milhão de visitantes por ano, gerando rentabilidade de 21,5 milhões por ano, que se confirmarem os números teriam uma viabilidade econômica.

SR. MAURO FILHO (Secretário de Finanças do Estado do Ceará): Exatamente. Inclusive foi motivo de pronunciamento nosso aqui na Casa, existe um estudo do IPECE, de 2012, onde ele assume que se 30% dos visitantes ficarem mais um dia, se o gasto de um dia à época com valores de 2011 era 437,00 reais por dia, ele faz uma conta simples e demonstra, vamos dizer que a carência seja 3 anos ou 4 anos, com o funcionamento do aquário o Estado não tem que bancar nada. Com esse adicional de receita que vai ser gerado, o Aquário vai ser autossustentável. Eu vejo: "Olha como é que pode o Ceará gastar com isso". A nossa previsão é que ele seja autossustentável.

O Tesouro não vai ter despesa nenhuma, por isso ele vai se pagar ao longo dos anos. O modelo, por exemplo, precisa definir, V. Exa. tem razão. Quem vai gerir? É o setor privado, ele vai pagar o aluguel para a gente? Ou somos nós mesmos? O modelo de gestão precisa ficar claro também, como é que vai ser, que eu pessoalmente não sei se está definido. Isso terá que ser conversado com a Secretaria de Turismo para poder definir isso. Acho que isso talvez minimizaria os custos daí para frente. O problema é que tem a parceria com a Universidade Federal do Ceará, com o Labomar, porque tem pesquisas que vão ser feitas, de cunho acadêmico, naquele aquário, e outras ações em que a população vai ter acesso direto para outras finalidades que não sejam somente à visitação e ao conhecimento das espécies que estão lá locadas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JÚLIO CÉSAR FILHO (PTN): A Presidência passa para o Deputado Evandro Leitão também dar a sua contribuição aqui no debate.

SR. DEPUTADO EVANDRO LEITÃO (PDT): Boa tarde. Cumprimentar o nosso Secretário da Fazenda, professor, ex-deputado por seis mandatos, Mauro Filho, agradecer pela sua presença. Cumprimentar aqui o Presidente da Comissão de Fiscalização e Orçamento, Deputado Júlio César; Deputado Roberto Mesquita, Deputado Walter Cavalcante, enfim a todos que estão aqui presentes e aqueles que estão nos assistindo.

Deputado Mauro Filho, eu que queria que vossa excelência discorresse um pouco sobre a questão dos gastos com Pessoal do Estado do Ceará relativa à receita corrente líquida. V. Exa. assumiu a pasta em 2007, teve um lapso temporal de um ano, aproximadamente 7 anos à frente da secretaria. Nós nos recordamos que o Estado Ceará, assim como hoje diversos municípios passam por esse problema, de o percentual estar acima do permitido em lei. O Estado do Ceará já teve essa situação. Eu queria que o senhor discorresse um pouco sobre essa evolução desse período que V. Exa. esteve à frente da Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará.

SR. MAURO FILHO (Secretário de Finanças do Estado do Ceará): Esse é um assunto extremamente nevrálgico, porque quando o Governador Cid assumiu, havia um compromisso que os sindicatos diziam que a gente tinha que diminuir a boca do jacaré, ou seja, a receita crescia nessa velocidade e o pessoal na velocidade menor. Fechar a boca do jacaré era aumentar o gasto de pessoal na velocidade um pouquinho maior para diminuir essa diferença.

SR. DEPUTADO EVANDRO LEITÃO (PDT): Desculpa interromper Vossa Excelência. Até porque nós temos um grande problema. Os diversos segmentos pressionam por contratação, por concurso público, diversos segmentos pressionam por reajuste salarial, e como é que fica a questão da receita do Estado, dos gastos com o pessoal do Estado?

SR. MAURO FILHO (Secretário de Finanças do Estado do Ceará): Bom, o que é que está acontecendo? Nós estamos saindo de um patamar da ordem de 48 pontos alguma coisa com gasto de Pessoal, para terminar hoje aqui em 53. Ou seja, o quantitativo de contratações que o Governador Cid fez para aumentar a prestação de serviços, em função do aumento dos investimentos que foram feitos, é muito grande e importante para o Estado. São policiais militares, policiais civis, professores, agentes prisionais, defensores públicos, juízes, promotores, enfim, há toda uma sequência de contratação, que acabou, portanto, elevando, sem falar número, tiveram as conquistas salariais também, muita gente teve aumento. Professor de universidade estadual, os alunos às vezes nem sabem. Professor da universidade estadual ganha mais do que professor da universidade federal Policiais estão com salário médio, agora, competitivo com os demais Estados brasileiros.

Então o Ceará assegurou conquistas muito grandes para várias categorias, para agentes prisionais também, para defensores públicos, que mudaram o patamar, delegados também tiveram aumento da sua remuneração, enfim, nós éramos sabedores de no médio prazo esse gasto iria aumentar com a proporção da receita.

E por isso a preocupação agora de fazer esse controle, porque o momento é agora, o primeiro ano. Eu sou formado na escola de que o primeiro ano é o ano de a gente fazer o ajuste que a gente tiver que fazer, por isso você tem que tomar essas medidas, muitas vezes não compreendidas, antipáticas, mas que dão a segurança para o Governador Camilo, nos próximos 4 anos fazer aquilo que ele se comprometeu durante o período eleitoral. Portanto, respondendo a sua pergunta, há uma elevação de 48 e alguma coisa, 49 para 53, e é um incremento significativo, até porque as receitas cresceram muito.

Você tem em 7 anos a receita crescendo 147% e a inflação foi 42. Ainda estamos abaixo do prudencial, que é 57, nós estamos com 53 e o limite máximo é 60. Então nós estamos ainda, eu estou dizendo que temos que nos acautelar com esse crescimento, para depois o Estado.... as receitas não vão cair? Se não acontecesse nada, a receita caindo, gasto de pessoal. Vocês sabem quanto é que significa 6.45 mais 3% de progressão dos servidores e tudo mais, 9% de 8 bilhões são 720 milhões. Se o governo não fizer nada, essa medida de dar o reajuste todo ano, que as pessoas às vezes acham que isso é dado, isso tem um impacto financeiro muito forte, ninguém conhece, acompanhar o Estado do Ceará nessa medida. Nós somos 700 milhões. Como é que eu vou aumentar minha despesa com 700 milhões e a receita vai cair 300? É cair a receita.

SR. DEPUTADO ROBERTO MESQUITA (PV): Você não pode ser o Tio Patinhas, não, ficar nadando em dinheiro lá nas moedas, não. Tem que botar esse dinheiro para circular.

SR. MAURO FILHO (Secretário de Finanças do Estado do Ceará): Não, mas veja, é o inverso. É o inverso, é cair a receita e aumentar despesa. É o inverso, por isso nos preocupa esse.... não, não, eu quero dar tranquilidade aos servidores, porque eles vão receber seus salários, porque ele sabe que tem dez Estados que não estão pagando nem o seu salário. Como é que pode o Paraná, um Estado rico, não conseguir pagar o 13º dos professores? E tem fonte própria, definida. Tem fonte própria definida. Então isso que eu não consigo compreender. Tem que ter algum desarranjo, Deputado Roberto Mesquita, que foi feito durante o período.

Eu quero agradecer o Presidente Deputado Júlio César, a este grande parlamentar com quem eu convivi tantos anos aqui, e o quanto eu aprendi com ele. Deputado Evandro Leitão, agora na liderança do governo, ele que é fazendário conhece tudo também, e agora na liderança do governo, ele vai cada vez mais mostrar o seu talento, o seu conhecimento do Estado como um todo, e eu não tenho dúvidas que esta Casa terá grandes debates durante, no decorrer desse próximo mandato, desses quatro anos, que agora iniciou em 1 de fevereiro de 2015. Era só senhor presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JÚLIO CÉSAR FILHO (PTN): Deputado Evandro, quer fazer algum comentário? Deputado Roberto.

Bem, essa presidência agradece a vinda do secretário Mauro Filho, agradece todos os servidores aqui da Secretaria da Fazenda que também auxiliaram esse debate, os servidores da Assembleia, da Comissão, que nos acompanharam, e nós declaramos encerrada esta presente audiência pública que trouxe o tema da Demonstração do Cumprimento de Metas Fiscais referente ao terceiro quadrimestre de 2014, e atende à Lei de Responsabilidade Fiscal. E agradecemos a presença do Deputado Walter

Cavalcante, Deputado Evandro Leitão, Deputado Roberto Mesquita e o Deputado Audic Mota que também passou mas teve que sair. Então agradecer a presença de todos e desejando uma boa tarde, e declaramos encerrada essa presente Audiência Pública.

2º Bimestre 2014

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, PARA DISCUTIR A DEMONSTRAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO 2º QUADRIMESTRE DE 2014, REALIZADA NO COMPLEXO DAS COMISSÕES TÉCNICAS, EM 29 DE OUTUBRO DE 2014.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO LULA MORAIS (PC do B): Boa tarde senhoras, boa tarde senhores telespectadores e telespectadoras da TV Assembleia e ouvintes da FM Assembleia.

Estamos dando início a uma audiência pública na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa onde estaremos avaliando o cumprimento de metas fiscais do segundo quadrimestre de 2014 que por força da Lei Complementar nº 101 de 4 de maio de 2000 que é a Lei de Responsabilidade Fiscal obriga que o Poder Executivo apresente na Assembleia Legislativa a situação fiscal financeira de receitas e despesas dos investimentos do ponto de vista do caixa de como anda.

E para isso nós estamos recebendo aqui a presença do Secretário da Fazenda do Estado do Ceará o Dr. João Marcos acompanhado da Dolores, dos técnicos da SEFAZ, do Fabrício e do Jarbas, que vamos dar início a essa reunião para ouvirmos sobre o assunto. Essa reunião deveria ter acontecido até o dia 30 de setembro, porém em função do problema de agenda, da eleição enfim, nós estamos cumprindo com essa responsabilidade hoje, com essa formalidade para que nós possamos ouvir do secretário essa situação das metas fiscais do Estado do Ceará.

Portanto, Secretário João Marcos é um prazer tê-lo aqui após esse processo eleitoral. As coisas já estão todas serenas, e agora precisamos saber se as condições financeiras do estado continuam também serenas.

Com a palavra o Secretário João Marcos.

SR. JOÃO MARCOS MAIA (Secretário da Fazenda): Boa tarde Exmo. Deputado Lula Moraes, meus amigos e senhores ouvintes.

Nós estamos aqui fazendo a prestação de contas do segundo quadrimestre do ano de 2014. Nós gostaríamos de fazer aqui a apresentação dos números, mas no cômputo geral a saúde fiscal do Estado caminha com perfeita normalidade nesse segundo quadrimestre. Nós tivemos uma evolução do quadro de receitas, despesas e alguns gastos como pessoal e a evolução da dívida. E, esses números estão aqui apresentados no relatório.

Antes nós gostaríamos de enfatizar que o Estado do Ceará é pioneiro no cumprimento das normas brasileiras de contabilidade aplicada ao setor público, as novas normas. É o primeiro Estado brasileiro a cumprir essas novas normas, e também o plano de contas, o novo plano de conta nacional. Diga-se de passagem, que o Estado do Ceará também foi pioneiro na implantação do sistema que é o S2GPR que atende exatamente aos requisitos desse novo plano de contas nacional e as novas normas brasileiras de contabilidade aplicada ao setor público. O que se refere as receitas em relação a previsão houve um superávit de 3.11% em relação as previsões.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO LULA MORAIS (PCdoB): Secretário se você deseja apresentar, porque fica mais fácil para todos, inclusive quem está em casa acompanhar.

SR. JOÃO MARCOS MAIA (Secretário da Fazenda): Então, nós verificamos aí as receitas correntes. Eu vou mostrar aqui Deputado Lula Moraes os grandes números. Uma previsão nas receitas correntes para esse quadrimestre era de R\$ 5.432.000.000,00. E o que foi realizado nesse quadrimestre que vai de maio a agosto foi R\$ 5.600.000.000,00. Portanto, 3.11% superior a meta das receitas. Se nós formos abrir pelos diversos tipos de receitas nós temos as receitas próprias que o previsto era R\$ 3.421.000.000,00 para o quadrimestre.

Nós alcançamos R\$ 3.588.000.000,00, portanto 4.88%, onde o ICMS previsto foi 2.943, o ICMS alcançou 2.960, então foi quase que em cima da mosca. O IPVA a previsão era de R\$ 80.000.000,00 e nós arrecadamos R\$ 113.000.000,00, portanto 41%. Diga-se de passagem, que esse comportamento do IPVA tem uma relação direta com a aquisição de veículos novos, então, quanto mais veículos novos são adquiridos no período maior é o volume de receitas, já que o IPVA dos veículos usados se dá o pagamento em janeiro, fevereiro, março, abril, que são os quatro primeiros meses do ano, ou a vista em janeiro.

Temos também outras receitas como ITCD e o Imposto de Renda que a previsão era 320 nós alcançamos 391, portanto 22% a mais. As receitas da administração direta 256, da administração indireta R\$ 134.000.000,00. E a receita patrimonial que estava prevista em 78, nós arrecadamos 123, portanto, 58. Se nós analisarmos essas outras duas colunas isso é realizado até o quadrimestre. Em 2014 essa quarta coluna, e a quinta até agosto de 2013.

Então, comparando de janeiro a agosto de 2013 nós veremos que foram R\$ 10.477.000.000,00. E o que foi arrecadado nesse período em 2014 foi de R\$ 11.460.000.000,00. Portanto, no geral a receita este ano está com um acumulado até agosto de 9.39% a mais. Entendido aí todas as receitas seja de receitas próprias dos tributos estaduais, seja das receitas de contribuições, das receitas de serviços, transferências correntes. Então, nós podemos abrir um pouco para termos uma ideia melhor.

SR. PRESIDENTE DEUTADO LULA MORAIS (PCdoB): Licença secretário! Significa que nós estamos tendo ganho real? Superior a inflação dos 12 meses?

SR. JOÃO MARCOS MAIA (Secretário da Fazenda): É, porque está superior a inflação. Se considerarmos a inflação medida pelo IPCA nós teremos um ganho de quase 6% de crescimento real.

Então, as receitas de contribuição cresceram de 291 este ano para 263 no ano passado, portanto houve um crescimento de 10.46%. As receitas de serviço de 28 para 26 que dá 6.78%. As transferências correntes houve uma melhora significativa esse ano. Ano passado as transferências correntes e principalmente o Fundo de Participação dos

Estados teve um desempenho muito baixo. Esse ano o FPE está crescendo a 9.76% no acumulado de janeiro a agosto que foi 3.311, de janeiro a agosto de 2014 está dando 3.634, portanto 9.76%, um pouco abaixo do ICMS.

No ano passado o ICMS vinha com um desempenho excepcional. Diga-se de passagem, que o ICMS ele vem tendo um desempenho em cima de um bom desempenho, enquanto que as transferências constitucionais que o FPE é a principal transferência cresceu no ano passado 6.8% e o ICMS no ano passado cresceu 13.4%. Nós estamos tendo um desempenho de ICMS em cima de um desempenho excepcional do ano passado, enquanto que o FPE está em cima de uma base, digamos assim, um pouco mais baixa do que a do ICMS.

A CID também teve um pequeno crescimento, aliás, 102%, saiu de R\$ 2.000.000,00 para R\$ 4.228.000,00 porque no ano passado nós não tivemos receita de CID. De maneira que no final, no totalizador nós temos 12.37% considerada a receita total, considerado todos os itens de receitas de R\$ 12.972.000.000,00 esse ano e R\$11.544 no ano passado.

Ai nós vemos a evolução da despesa por Poder. O Poder Legislativo tinha uma previsão de R\$ 160.000.000,00, foi executado no quadrimestre R\$ 167.000.000,00, se considerar de janeiro a agosto nós tivemos uma despesa no ano passado de janeiro a agosto de R\$ 293.000.000,00, contra uma despesa este ano de R\$ 312.000.000,00 isso no Poder Legislativo, o que dá um crescimento de 6.51%. Se você abrir por item de despesa teremos uma noção melhor de gasto com o pessoal de R\$ 190.000.000,00 esse ano do Poder Legislativo contra R\$ 172.000.000,00, portanto, um crescimento de 10.69%.

Outras despesas correntes de R\$ 108.000.000,00 para R\$ 116.000.000,00, o que dá um crescimento de 7.06%. E se for para o Judiciário nós veremos que houve um crescimento de 13.03%, que saiu de R\$ 491.000.000,00 de janeiro a agosto para R\$ 555.000.000,00, sendo 11.74% gasto com pessoal, 3.9% outras despesas correntes saindo de R\$ 90.000.000,00 para R\$ 94.000.000,00. Então, o pessoal cresceu 11.74%. Outras despesas correntes no Judiciário cresceram 3.9%, e os investimentos 223%.

O Ministério Público teve um crescimento de 10.48%, nós estamos aqui analisando o quadro de despesas onde pessoal cresceu 6.71%. Outras despesas correntes 22% e o investimento 240%. No Poder Executivo a evolução das despesas foi 20.07% sendo 10.28% pessoal, 22% outras despesas correntes. Essa evolução das despesas correntes é em função dessa infraestrutura que está sendo toda implantada no Estado como as escolas profissionalizantes, 110 escolas profissionalizantes e os hospitais regionais.

Quanto maior a infraestrutura implantada pelo nosso governador isso tem impacto direto no custeio de operação desses equipamentos. Com o impacto positivo na prestação de serviço para a sociedade. Mas, as despesas correntes tendem a aumentar quando o volume de investimento também aumenta, há uma compatibilidade entre o nível de despesa de investimento com despesas correntes.

Juros e encargos da dívida, nós tivemos R\$ 185.000.000,00 esse ano contra R\$ 151.000.000,00 o ano passado, portanto, um crescimento de 22%. E os investimentos cresceram 66%, isso no âmbito do Poder Executivo que saiu de R\$ 1.185.000.000,00 para R\$ 1.968.000.000,00. Ressalta-se que o Estado do Ceará hoje, aliás, não é apenas hoje, eu diria que neste período do Governo Cid Gomes nós tivemos uma evolução significativa do volume de investimentos de maneira que o Ceará hoje é quarto maior investidor do País em números absolutos.

Quando eu digo em números absolutos é para enfatizar que na verdade nós estamos comparando coisas desiguais, porque você comparar Estados ricos como Paraná, Rio Grande do Sul e outros Estados brasileiros, você verá que a economia desses Estados é bem maior do que a do Ceará. Bahia, a própria economia pernambucana é maior do que a cearense. Mas, o nível de investimento do Estado do Ceará coloca o Ceará entre os quatro maiores investidores do País em números absolutos, perdendo apenas para São Paulo, Rio e Minas Gerais.

Se nós considerarmos a média de investimento ao longo desses 8 anos de governo nós estamos próximo do R\$ 2.5 bi, atualizando a preço de agosto. Isso é um paradigma para o País. Os secretários de fazenda de outros Estados quando eu relato isso eles ficam boquiabertos, como é que o Estado do Ceará tem conseguido essa capacidade de investimento. E isso é fruto, diga-se de passagem, que isso está acontecendo sem o endividamento desproporcional.

O Estado a rigor ao longo desse período arrecadou o suficiente para alavancar seus investimentos, e esse é que é o "X" da questão e não pelo endividamento, que nós veremos que o endividamento do Estado está absolutamente sob controle. O Estado continua entre os 7 Estados menos endividados do País no que pese o volume de investimento ser tão significativo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO LULA MORAIS (PCdoB): E o percentual da folha de pessoal?

SR. JOÃO MARCOS MAIA (Secretário da Fazenda): Absolutamente também sob controle. O gasto com pessoal é 53%, quando nós poderíamos chegar a 60% pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Então, nós estamos dentro do limite prudencial sem nenhum problema. Nós vamos apresentar mais adiante, Deputado Lula Moraes, e você verá com mais ênfase.

Aqui nós vemos Deputado Lula Moraes, pessoal e encargos. Por exemplo, isso aqui já está consolidado todos os Poderes, que ali eu estava apresentando por Poder. Agora é o quadro geral consolidando todos os Poderes. Então, nós vemos que as despesas correntes, eu vou levar aqui em consideração de janeiro a agosto embora o quadro seja do quadrimestre, mas nós pegando o número de janeiro a agosto é melhor o consolidado.

Nós vemos aí que as despesas correntes foram de R\$ 8.8 bi no ano passado contra R\$ 10.2 bi esse ano, portanto 15.61% foi o crescimento nominal das despesas correntes. Despesa de capital, R\$ 2.498.000.000,00 este ano

contra R\$ 1.824.000.000,00 no ano passado. E, aí nós vemos o impacto do investimento nisso, 36% foi o crescimento dessas despesas de capital, dentre as quais o item investimento que cresceu 65% se comparado com o ano anterior que saiu de R\$ 1.205.000.000,00 para 1.997.000.000,00.

Quando eu disse que a média de investimento é em torno de 2.5, Deputado Lula Morais, é considerada a média anual. Aí está contabilizado apenas até agosto, tem setembro, outubro, novembro, dezembro que ainda está faltando. Então, nós fecharemos o ano com números bem superiores a esse em termo de investimento. Se formos olhar aqui também a amortização da dívida nós veremos que a amortização da dívida foi de R\$ 361.000.000,00 no ano passado contra 328 esse ano. Então, a amortização foi até menor do que o que nós amortizamos o ano passado. Então, no geral as despesas tiveram crescimento de 19.45.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO LULA MORAIS (PCdoB): O que leva a diferença da amortização de um para outro?

SR. JOÃO MARCOS MAIA (Secretário da Fazenda): É porque no ano passado nós tivemos algumas amortizações extraordinárias que fogem um pouco até o fluxo. O Estado teve algumas receitas e dívidas também encerraram. Por exemplo, o Estado não tem mais praticamente dívida da 9496. Porque na medida em que nós temos condições de liquidar saldo de dívida nós procuramos liquidar aquelas dívidas cujo custo do dinheiro é dos maiores dentro do portfólio de dívida do Estado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO LULA MORAIS (PCdoB): E hoje qual é a nossa dívida bruta?

SR. JOÃO MARCOS MAIA (Secretário da Fazenda): Hoje a nossa dívida bruta está em torno de 7 bi. Nós vamos mostra para vocês logo mais.

Então, isso aí são os números, nós vemos o resultado primário que para mim é o mais significativo. A meta era R\$ 347.000.000,00 pela LOA e nós estamos terminando com R\$ 1.167.000.000,00. Em 2013 nós estávamos com 1.167.000.000,00 milhões, a previsão de meta para este ano é de 347, nós estamos com 879, então bem acima do resultado primário estabelecido.

Aí nós vemos a evolução da dívida, Deputado Lula Morais. A nossa dívida consolidada líquida em 2013 era de R\$ 3.940.000.000,00. Em 2014, R\$ 4.367.000.000,00. Portanto, nós estamos com um incremento de R\$ 426.000.000,00, o que não é significativo. Então, o Estado do Ceará poderia se endividar até uma vez a receita corrente líquida que hoje até agosto está em torno de 14.100.000.000,00. E a dívida consolidada líquida está aí 4.367. Então, está em torno de 30%, quando eu posso ter 100%.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO LULA MORAIS (PC do B): Desculpa secretário!

Pelo que acompanho nas prestações, nesse balanço é que a nossa dívida ela flutua entorno desses R\$ 4 bi. Apesar de ter havido novos...

SR. JOÃO MARCOS MAIA (Secretário da Fazenda): A dívida fundada, consolidada é 7, mas quando eu considero os haveres ela cai para 4.367. Ou seja, nós temos haveres capazes de praticamente pagar 50% da dívida, mais de 50%.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO LULA MORAIS (PCdoB): E a nossa dívida líquida ela se comporta num patamar de...

SR. JOÃO MARCOS MAIA (Secretário da Fazenda): Ela se comporta num patamar razoável.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO LULA MORAIS (PCdoB): Apesar de ter havido novos investimentos, novos empréstimos, não é?

SR. JOÃO MARCOS MAIA (Secretário da Fazenda): Então, o aumento da dívida foi de R\$ 426.000.000,00. A meta era 347. Então, está absolutamente dentro da normalidade, não tem assim nenhum fenômeno que alerte a evolução da dívida.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO LULA MORAIS (PCdoB): Essa parte é importante secretário porque nós às vezes encontra no debate político tanto aqui quanto fora dizendo que o Estado já está com a sua capacidade de endividamento exaurida. Porque observa que os recursos para a construção dos hospitais, das policlínicas, principalmente na área da saúde com outros empréstimos que são vultosos, não são pequenos, eles tentam demonstrar, tentam dizer que a nossa capacidade de endividamento já está muito alta. Na verdade está perfeitamente controlada por conta de que há pagamento de juros e da amortização dela própria, por isso que ela não cresce tanto.

SR. JOÃO MARCOS MAIA (Secretário da Fazenda): O Estado vem, embora realizando um volume de investimento muito alto ele vem mantendo sobre controle a sua dívida. É tanto que a capacidade do endividamento do Estado é três vezes o que ele tem hoje de dívida. Isso pelo programa de ajuste fiscal que é uma vez a receita corrente líquida. Porque se eu for considerar as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal nós poderíamos nos endividar até duas vezes a receita corrente líquida. Ora, duas vezes a receita corrente líquida é R\$ 28.000.000.000,00 de dívida. O Estado do Ceará tem uma dívida líquida, consolidada líquida de 4.3 bi, portanto nós poderíamos multiplicar por 7 essa dívida.

SRA. MARIA DOLORES PEREIRA (Secretaria da Fazenda): Os 7 e 100 está em 50.18 da receita corrente líquida. Então 7, porque o Estado ele poderia assumir duas vezes a receita corrente líquida, no caso é R\$ 14.150.000.000,00, 7 e 100 que é a dívida bruta está com 50.18 da RCL, receita corrente líquida. E a dívida líquida tirando a disponibilidade ela está tomando 30.87%.

Esse relatório está aqui na Assembleia, não é o das metas, porque o mais completo é o da gestão fiscal que já veio aqui para a Assembleia que tem o anexo da dívida consolidada.

SR. JOÃO MARCOS MAIA (Secretário da Fazenda): É importante enfatizar, Deputado Lula Morais, é que o Governo do Estado tem investido de forma significativa a ponto de colocar o Ceará entre os quatro maiores investidores do País, contudo não está se dando pelo endividamento, está se dando pela alavancagem das receitas próprias e receitas de transferências. Graças a Deus, para o lamento dos opositores o Estado está realizando todo esse investimento com recurso próprio com o advindo ou das receitas próprias ou das transferências constitucionais ou transferências voluntárias que também nós temos um bom volume de transferências voluntárias.

E aqui é o quadro de pessoal, Deputado Lula Morais. Nós veremos que no Executivo se você olhar as três últimas linhas o Executivo executou de janeiro a agosto 44.28, quando o limite prudencial é 46.17. E o limite máximo estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal é 48.6. O Poder Legislativo 3.23 é o prudencial e foi realizado 2.3. O Judiciário 5.09 foi realizado, e poderia chegar até 5.7 no prudencial. O Ministério Público 1.53 contra 1.9 que é o prudencial.

No geral o prudencial é 57 e o que foi executado em todos os Poderes é 53.19. Foi aquele número que eu lhe dei de cabeça. Na verdade lhe dando o número com maior precisão é 53.19%, quando a Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece o limite máximo de 60% e o prudencial de 57% o que dá uma certa tranquilidade para fazermos a gestão do gasto com pessoal.

Esse quadro está bem explicativo onde nós verificamos 48.6 que é o limite máximo, 46.17 que é o prudencial e 44.28 é o realizado. No cômputo geral a última linha tem 60% que é o limite da Lei de Responsabilidade Fiscal contra 57% e o Estado executou 53.19 de janeiro a agosto desse ano. A receita corrente líquida é 14.150 como havia informado antes, despesa com pessoal 7.526, portanto aquele 53.19.

E assim, nós terminamos o quadro apresentado das realizações de janeiro a agosto, onde fica absolutamente clara a situação de total equilíbrio fiscal do Estado Deputado Lula Morais, cumprindo todas as despesas previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal seja gasto com pessoal, seja gasto com educação, com saúde e tudo mais.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO LULA MORAIS (PCdoB): Bom, feita essa apresentação que o secretário de forma tão competente fez aqui para todos nós, eu deixaria para que algum presente, alguém que estivesse querendo fazer alguma pergunta, alguma colocação é a oportunidade de fazê-la. Alguém que deseja daqui da audiência pública fazer alguma pergunta, alguma colocação. Se não nós cumprimos essa audiência pública agradecendo a presença do secretário, dos técnicos e todos que vieram a Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação.

Não tendo mais nada a cumprir, está encerrada a presente audiência pública. Boa tarde e obrigado a todos.

1º Quad. 2014

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO PARA DEMONSTRAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO 1º QUADRIMESTRE DE 2014, REALIZADA NO DIA 29 DE MAIO DE 2014.¹

SR. PRESIDENTE DEPUTADO LULA MORAIS (PC do B): Boa tarde, senhoras e senhores; Boa tarde, telespectadores da TV Assembleia, ouvintes da FM Assembleia. Estamos iniciando uma Audiência Pública na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa, que tem como objetivo avaliação de cumprimentos de metas fiscais pelo Executivo no primeiro quadrimestre 2014. Esta audiência pública atende ao dispositivo da Lei de Responsabilidade Fiscal que obriga que o Poder Executivo venha ao Poder Legislativo fazer apresentação dos números da avaliação fiscal de como está o desempenho da receita e despesas do Governo do Estado da execução orçamentária do ano de 2014.

Nós estamos na Mesa aqui com o nosso Deputado Estadual Mauro Filho, ex-Secretário da Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará e que aqui engrandece esse momento com o Secretário João Marcos, atual Secretário da Fazenda, com o seu Secretário Adjunto, Marcos Coelho, e que iremos ouvir a apresentação desse trabalho e dessa avaliação do Orçamento de como estão às receitas e despesas do Estado do Ceará.

Temos ainda acompanhando o secretário, a Dra. Dolores e o Fabrício, que são técnicos acompanhando aqui o secretário. Além de jornalistas do Jornal Diário do Nordeste, o nosso Carlos Eugênio, que sempre está em todas essas reuniões da Comissão de Orçamento.

Passo a palavra para o nosso Secretário João Marcos para dar início a sua exposição.

SR. JOÃO MARCOS MAIA (Secretário da Fazenda-Ceará): Boa tarde a todos; Boa tarde, querido Deputado Lula Moraes, grande amigo, Deputado Mauro Filho, mais uma vez aos companheiros da Secretaria da Fazenda e aos demais participantes.

Queremos neste momento fazer essa prestação de contas do Relatório Quadrimestral da Lei de Responsabilidade Fiscal. Antes, eu gostaria de desenhar o cenário. A situação fiscal e financeira do Estado é uma situação absolutamente saudável, equilibrada. E graças a Deus, o Estado vem vivenciando essa experiência já de longas datas e especialmente aqui, sob a batuta do nosso querido amigo irmão, Deputado Mauro Filho, que foi Secretário da Fazenda que conduziu aquela Casa com muita competência e nos cabe agora dar continuidade e concluirmos essa gestão também garantindo a saúde fiscal, a saúde financeira do nosso Estado e especialmente garantindo elevados níveis de investimentos para promovermos o desenvolvimento do nosso Estado.

(Apresentação de slides)

Nós vamos apresentar os números que estão contidos no Relatório Quadrimestral e nós iremos ver que a receita do Estado está satisfatória. Foi considerado o exercício anterior o desempenho da receita está um pouco melhor. As despesas sobre controle e a dívida absolutamente sobre controle. Então o quadro fiscal do Estado nos é bastante favorável.

Eu gostaria de mostrar os números para poder vocês acompanharem. Eu vou apresentando e todos vocês têm no relatório. Mas podemos verificar que a receita do Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviço-ICMS, está com o desempenho de 12.56. A receita do ICMS, 100% do ICMS teve um desempenho de 12.56, comparando com o igual período do ano anterior. E no ano passado esse desempenho estava um pouco abaixo, portanto, o desempenho deste ano está melhor. Se fôssemos considerar o desempenho 2013 e 2012, 2014 e 2013, o desempenho deste ano está melhor.

O IPVA está com 11.91, diga-se de passagem que esse desempenho, Deputado Lula Moraes, desde o início da gestão, com o Deputado Mauro Filho, que o governo vem sistematicamente reduzindo desonerando a carga tributária. Esse desempenho tem acontecido de forma bastante satisfatória do que pese o Estado ter, ao longo desses oito anos, promovido a desoneração da carga tributária de forma sistemática. Recentemente nós saímos com produtos de material de construção.

IPVA 11.9.1 Outras receitas próprias TCD, imposto de renda, taxa cresceu 31%. Vemos que a administração direta e indireta também está com o desempenho elevado: 32% e 29%. Essa receita patrimonial teve esse decréscimo porque em 2013 houve a venda da carteira única da folha de pessoal do Estado pela instituição Bradesco. E houve ingresso de recursos naquele ano. E neste ano não aconteceu esse ingresso.

Subsec - Nós estamos vendo um crescimento de 8.58. De 123 milhões em 2013 nós tivemos um aporte de receita na ordem de 133 milhões. Verificamos também que outras receitas de contribuição houve uma queda significativa, na verdade não foi queda, foi troca. Se olharmos no item 3 as receitas

infra-orçamentárias, em 2014 está entrando este ingresso de recursos da ordem de 242 milhões. E no ano passado havia sido 215. Aí está à contribuição patronal e mais a complementação que o Estado faz a cada período.

Receitas de serviços — também nós tivemos um crescimento da ordem de 1.41.

As transferências correntes, que é um excelente ponto positivo para este primeiro quadrimestre, Deputado Mauro Filho, no ano passado você lembra que contávamos somente com o crescimento de 7%. Nós botávamos a mão na cabeça, porque sempre frustrava a expectativa de receita. E nesse quadrimestre voltamos a ter o desempenho que tinha o ICMS. O desempenho normalmente do Fundo de Participação do Estado-FPE, tem sido próximo do ICMS. Exceto o ano passado que a diferença foi muito grande. Então o FPE cresceu 14.12. Lembrando que o FPE cresceu 14.12 em cima de uma base pequena. O ICMS está crescendo 12 ponto qualquer coisa, em cima já de uma base significativa. Porque o ICMS vem crescendo a cada ano nessa faixa de 12 a 20%. Portanto, o FPE cresceu 14 em cima de uma base baixa.

O IPI exportação 7.64. A Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico-CIDE cresceu 102%. Nós estamos recuperando porque no ano passado a receita da CIDE teve uma queda significativa, porque o Governo Federal reduziu as alíquotas da CIDE e agora está recuperando paulatinamente.

Transferência aos Estados pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Essa tem sido uma briga permanente do Estado do Ceará desde que o Deputado Mauro Filho estava na Secretaria da Fazenda à briga era grande. Porque a União nunca repassa os recursos necessários a pagar os créditos de exportação, deputado. E nós continuamos sofrendo nas mãos da União, porque não há aporte de recursos suficientes. Então estamos vendo que a Lei Kandir tem transferido muito pouco recurso para fazer face às despesas com transferência com crédito de exportação. Vimos aí que caiu de 7.9 para 5.9. Uma queda de 25%.

Outras receitas de transferências da União — Nós estamos vendo também que houve um crescimento da ordem de 9%, 8%. E receitas outras na ordem de 17%, as quais são do Sistema Único de Saúde-SUS, e dos Royalties e que foram transferidos pela União.

A Administração Direta e Indireta apresentou também uma receita razoável de 9 e 4%. E aí nós temos no quadro geral das receitas algo em torno da ordem de 7.48 incluindo aí as operações de crédito interno, crédito externo, que em relação ao ano passado o nível está bem menor. Então 7,48 foi o desempenho da receita total consideradas aí todos os tipos receitas auferidas pelo Tesouro Estadual sejam das receitas próprias seja das receitas transferidas pela União, seja das receitas advindas de empréstimos e outras mais.

Quanto à despesa vemos aí que estamos com um quadro geral de despesa com o crescimento nominal de 13.33. E estamos vendo por Poderes: Poder Legislativo com 14.18; Poder Judiciário com 1.27; O Ministério Público que reduziu um pouco de 73 para 70 com menos 4; Poder Executivo que teve um crescimento da ordem de 9.18. Está aí abrindo essas despesas como pessoal. Estamos vendo que a despesa com o pessoal está sob controle. Nesse primeiro quadrimestre já era 66 menos 4.81 no Poder Judiciário. No Ministério Público menos 9.2 e no Poder Executivo 1.16. Isso é o crescimento das despesas com o pessoal.

Nós fomos olhar também as despesas correntes e verificamos um comportamento normal das despesas correntes. O Estado está investindo, ao longo desses sete, oito anos, pesadamente na sua infraestrutura, e na oferta de equipamentos públicos para a sociedade, como hospitais regionais, equipamentos públicos da maior importância, escolas profissionalizantes e tantos outros equipamentos. E a despesa corrente que vem atrelada e vem sendo rebocado pelo alto nível de investimento que o Estado tem promovido. Ainda assim essa despesa corrente está também sob controle.

O que verificamos nesse quadro, o primeiro quadrimestre, Deputado Lula Moraes, Deputado Mauro Filho, é o grande esforço de o governo promover elevado investimento. Esse tem sido realmente o maior desafio desse governo, que é promover e alavancar o investimento no Estado. E isso em função de que o Estado ainda é um Estado bastante deficitário em infraestrutura econômica, social e tantas outras infraestruturas. Então o Governo do Estado tem investido pesadamente.

E verificamos que nesse quadro todos os Poderes estão com um nível elevado de investimento. Por exemplo, Poder Legislativo teve um investimento de 49% de crescimento. O Poder Judiciário teve também, saímos de 2.600 para 10.434. É um investimento da ordem de quase 8 milhões de reais. E o Poder Executivo também investiu 663 contra 524 do ano passado. Então nós deveremos terminar este governo com um elevado nível de investimento até o final do ano se Deus quiser.

Este é o quadro corrigido porque havia um investimento do Poder Judiciário. O Judiciário está com 298% de crescimento dos investimentos. Havia essa necessidade de correção.

Quanto ao resultado primário, o estabelecido como meta era 347 milhões e nós estamos fechando o resultado primário deste primeiro quadrimestre, de 1261, portanto, superando significativamente o resultado primário estabelecido como meta.

No que se refere à dívida, verificamos aí que houve uma queda na dívida, Deputado Mauro Filho, ao contrário que muita gente aí torceu. Verificamos que o saldo da dívida está diminuindo. A dívida líquida de 3940 para 3212, portanto, 728 milhões a menos.

No quadro verificamos gasto com o pessoal e nós vamos observar que no ponto de vista do Poder Executivo, o gasto com o pessoal está sob controle, estamos com 43.7, quando o limite prudencial é de 46, e o limite máximo de 48.6. E se formos para o Poder Legislativo está absolutamente sobre controle, 228 contra o prudencial de 323. O Judiciário 499 para 570 o prudencial e o Ministério Público de 1.53 para um 1.9. No geral nós estamos com 5187 contra o prudencial de 57%.

O Prudencial é uma referência para que ao chegar nesse limite o Poder Executivo tome as providências para reduzir gastos com o pessoal. No entanto, vemos que o quadro é de absoluto controle, ficando o total geral do gasto com o pessoal em 5187. E que desta forma nós não temos nenhum motivo para preocupações.

E muito bem lembrado aqui pelo Marcos. E apesar de o Governo do Estado ter investido pesadamente na contratação de novos servidores, especialmente na segurança pública que tem feito concursos e a Secretaria de Educação também, o governo tem investido pesadamente na formação de novos profissionais e incluindo novos profissionais para servir ao povo cearense.

Então esse é o quadro geral onde vemos, Deputado Mauro Filho e Deputado Lula Moraes, que o quadro fiscal do Estado é de saúde, fiscal e financeira e que agora é só nos debruçarmos sobre os investimentos porque é um grande desafio até o final do ano se Deus quiser, de realizarmos todos os investimentos planejados. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO LULA MORAIS (PCdoB): Muito bem, secretário, agradeço a sua participação.

Passo a palavra ao Deputado Mauro Filho que deseja fazer uma colocação em relação ao tema.

SR. DEPUTADO MAURO FILHO (PROS): Meu caro Presidente, é só para reforçar essa estrutura que muitas vezes é invejada pelo Brasil afora, dessa solidez fiscal que é comandada pela Secretário João Marcos e pelo Secretário Adjunto Marcos Coelho e toda equipe da Secretaria da Fazenda, a qual é extremamente competente, dedicada no processo de condução da política econômica, sobretudo a fiscal tributária do Estado.

É notório esse controle tanto no âmbito da arrecadação quanto no âmbito da despesa. Há um endividamento público que o Secretário João Marcos já pontuou e isso precisa ficar claro, hoje. Que o Estado numa posição de dezembro de 2013 para o primeiro quadrimestre de 2014, você tem uma redução, não só da dívida consolidada bruta, como também tem uma redução significativa da dívida consolidada líquida. Apesar de a bruta ser um valor menor, mas a tendência é de queda, e como é queda, também a da dívida consolidada líquida.

Esse é um valor importante porque muitas vezes esse tema é recorrente aqui nesta Casa e eu tenho usado frequentemente os números para poder fazer a contestação muito mais técnica, muito mais precisa, de que o Estado do Ceará ainda tem um alto grau de possibilidade de endividamento quando comparado com o que permite a legislação brasileira. E esta diz que os estados podem se endividar, até duas vezes, a sua receita corrente líquida.

Em dezembro foi de aproximadamente de 13.5. Eu não me lembro de exatamente os dados, 13.5; 13.6; 13.7, mas botando pelo mais baixo estamos falando de 27 bilhões. O Ceará tem aqui uma dívida líquida de 3.300. Portanto, a margem de buscar esses valores para a realização de investimento, o Estado do Ceará, obviamente só usa operação de crédito para fazer investimento. Ninguém usa operação de crédito para outras finalidades, para despesas que do setor público é obrigado a fazer. Portanto, é importante deixar registrado isso para os cearenses, para aqueles que nos veem através da TV Assembleia, através da FM Assembleia, que são muitos ouvintes e, portanto desmistificar essa situação da questão do endividamento do Estado do Ceará.

Era só para realçar e parabenizar toda a equipe da Secretaria da Fazenda pelo momento. E o Estado do Paraná não tem condição de investimentos, o Estado de Minas Gerais está com problemas, o Estado do Rio Grande do Sul já nem se fala. Se for para a Bahia, aí é que não tem condições mesmo. Seja, o estado quando você analisa, visa à vez dos demais 26 estados que compõem a federação brasileira, você percebe nitidamente a diferença que se encontra o Estado do Ceará hoje, quando comparado com os demais estados brasileiros. Era só, senhor presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO LULA MORAIS (PC do B): Muito obrigado, Deputado Mauro Filho. Gostaria só de um esclarecimento ao Secretário e aos economistas da Mesa, eu não sou da área. Nós temos aqui uma denominação de dívida consolidada. Significa que é a dívida total que o Estado hoje tem assumida consigo?

SR. DEPUTADO MAURO FILHO (PROS): Para facilitar, um nome muito bonito, eu poderia chamar isso aqui de o "estoque da dívida." Posso chamar isso aqui? Esse é o estoque. Ou seja, qual o total

endividamento do Estado? O Estado tem contratado hoje, R\$6 bi 886; em dezembro era R\$6 bi 980. Portanto, caiu à bruta. E a alíquota caiu mais ainda.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO LULA MORAIS (PC do B): Isso significa que caiu por quê?

SR. DEPUTADO MAURO FILHO (PROS): Porque alíquota você deduz da dívida bruta, às vezes seja ativos que o Estado tem a receber que abate, portanto, desse total comprometido. O Estado tem comprometido R\$ 6 bilhões, mas tem algo a receber, portanto, o total comprometido é menor. Inclusive o caixa do Estado está no meio deste ativo disponível.

Essa liquidez, vamos dizer assim, diminui o estoque, a capacidade de pagar o estoque, é por isso que a dívida líquida é menor, porque você abate este ativo a receber.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO LULA MORAIS (PC do B): Ela abateu no seu principal?

SR. DEPUTADO MAURO FILHO (PROS): Ela abate do seu estoque bruto. Do total do estoque bruto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO LULA MORAIS (PC do B): Do estoque bruto. Aqui também o Estado pagou, ele pagou os juros e amortizou também.

SR. DEPUTADO MAURO FILHO (PROS): Isso da bruta. Se ela caiu de 6.980 para 6.886, significa que o Estado pagou mais do que contratou.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO LULA MORAIS (PC do B): Você não está só rolando, você está amortizando.

SR. DEPUTADO MAURO FILHO (PROS): Diferentemente da União que não consegue fazer isso. Porque a União quando ela apura o seu primário, ela só tem capacidade de pagar o juro da dívida, ela não paga amortização. Diferentemente do Estado do Ceará, do Secretário João Marcos que paga juros e amortiza, o que o pessoal chama de amortizar o principal. Ele paga o principal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO LULA MORAIS (PC do B): Eu queria fazer uma pergunta aqui a Mesa também: destes bilhões aqui de dívida consolidada, quanto foi só do Governo Cid? É possível termos essa informação? Não dá para estratificar para termos uma ideia do que era e do que passou a ser.

SR. DEPUTADO MAURO FILHO (PROS): Se você quer comparar a dívida de 2006 com o estoque que é hoje por exemplo. Se a dívida de 2006, vamos dizer, a inflação da ordem de 60% e o juro, vamos fazer isso pelo juro mais baixo. Vamos falar aí pelo menos 4% ao ano, não só pela correção monetária, mas colocar pelo juro baixo de 4% ao ano, este valor, o estoque da dívida de 2006 ele vai ser maior do que o estoque da dívida de hoje.

Veja, ele tem um histórico, mas ele tem o histórico como proporção. E tem o histórico também pelo valor que era da época. Você tem que pegar o valor que era da época, atualizar para cá, e comparar. Porque eu não posso comparar laranja com banana. Eu tenho que colocar tudo na mesma base. Você tem uma operação de crédito que tem correção e tem juros. Obviamente que eu terei que fazer operação por operação. Eu estou fazendo um cálculo rápido colocando pela menor taxa de juros que pode ser, taxa de Juros de Longo Prazo-TJLP que é o **BNDS** mais 2%, 3% o que for isso aí vai dar um estoque de dívida maior do que é hoje.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO LULA MORAIS (PC do B): Eu pediria a equipe e ao secretário que na outra apresentação, no próximo quadrimestre, nós pudéssemos ter isso separadamente, só para termos uma ideia dessa evolução. Eu acho que fica interessante como informação.

SR. DEPUTADO MAURO FILHO (PROS): O Estado pode até ter contratado um volume maior, mas coube a ele o ônus de pagar a amortização maior dos outros também. Então não há nenhum problema. Aliás, essa é a razão porque que o estoque é menor. Ou seja, nesses sete anos, sete anos e meio, pode até ter contratado mais. Mas o Estado teve capacidade financeira de amortizar mais.

Tanto é que hoje está no Congresso Nacional Projeto de Lei Complementar que tenta diminuir o indexador da dívida pública brasileira, dos Estados e Municípios. A União esta fazendo isso de graça. O Estado do Ceará como fez o dever de casa, pagou toda dívida refinanciada pela Lei 9496, que é o número da Lei Federal que permitiu a União refinar dívidas de estado e municípios. O Estado como é metido a besta pagou tudo. Foi outro erro que nós cometemos e eu me penitencio perante aos cearenses, mas essa mania de fazermos tudo muito correto, muito sério. Isso significa que agora São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e o Rio Grande do Sul que detêm 84,4% o endividamento do setor público, vão ser os estados mais beneficiados com a diminuição desse indexador. O Estado do Ceará não vai ser beneficiado com nada, porque não tem dívida a ser refinanciada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO LULA MORAIS (PC do B): Ele vai ter uma redução da dívida futura. Esses estados vão ter uma redução futura em função...

SR. DEPUTADO MAURO FILHO (PROS): O impacto em dez anos, por exemplo, para São Paulo, nós estamos falando de 40 bilhões. Uns dizem 40 outros 48. Então eu estou botando pelos valores menores.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO LULA MORAIS (PC do B): Para o Estado ou a capital?

SR. DEPUTADO MAURO FILHO (PROS): Para o Estado de São de Paulo. Capital é por fora. A capital vai ser, aliás, esta lei só vai ser aprovada pela pressão que a Prefeitura de São Paulo fez junto ao Governo Federal, junto a Presidenta Dilma Rousseff e ao Ministro Guido Mantega para poder ser

favorável a esse processo que está. Ainda queriam retroagir. Retroagir para as dívidas anteriores, mas aí também já seria demais e o Governo Federal não iria aceitar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO LULA MORAIS (PC do B): Além da conta...

SR. DEPUTADO MAURO FILHO (PROS): Eu estou só aqui tentando assessorar o brilhante Secretário João Marcos, na realidade quem comanda a Secretaria da Fazenda sempre foi ele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO LULA MORAIS (PC do B): Eu voltaria aqui só para uma pergunta. Esta semana eu tive a oportunidade de falar sobre a questão dos royalties e em função do Supremo Tribunal Federal ter concedido uma liminar, a Ministra Carmem Lúcia concedeu uma liminar suspendendo os efeitos da lei que alterou a repartição, a distribuição dos royalties. O Estado do Ceará perdeu, durante o ano passado, cerca de quase 568 milhões de reais, juntando Estado com os municípios. Trezentos e sessenta e poucos milhões e o município duzentos e outro tantos, dá 568 milhões de reais que deixou de vir para o Estado do Ceará por conta desta suspensão do efeito desta lei. Que é um absurdo! Há um ano que a lei está para ser...

SR. DEPUTADO MAURO FILHO (PROS): A lei não. A lei está aprovada pelo Congresso Nacional! E o Estado do Rio de Janeiro se sentiu prejudicado, que é outra falácia que se pregou na imprensa nacional, dizendo que ela ia, não tinha nem condição de tocar o governo dela no ano seguinte. Olhe aí que absurdo! Porque dos royalties o Rio de Janeiro recebe 9 bilhões ano, o governo federal 8.600, Espírito Santo 0.7 e os demais estados brasileiros 0.5. Esses royalties era o seguinte: o Rio de Janeiro ia sair de 9 bilhões para 20, e com a redistribuição vai sair de 9 para 16. Então essa história de dizer que o Rio de Janeiro vai perder dinheiro, é outra mentira que foi dita na Imprensa! Ele não vai aumentar tanto quanto se imaginava pela lei atual. Com a lei que era. Com a lei nova, ao invés de sair de 9 para 20 o Rio de Janeiro vai sair de 9 para 16.

Eu participei da comissão que foi designada pelos governadores de estados para conversar com Governador Sérgio Cabral, e o Governador do Espírito Santo, Renato Casagrande, mostrando esses números para eles. Mas felizmente nós conseguimos convencer o Congresso Nacional. O Rio de Janeiro não se sentiu satisfeito e foi ao Supremo e a Ministra Carmem Lúcia deu uma liminar que eu ainda espero que seja revogada pelo Supremo Tribunal Federal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO LULA MORAIS (PC do B): Pronto. Então nós amanhã, Deputado Mauro Filho, estamos com um Requerimento para aprovar no Plenário, na Assembleia Legislativa, para que possamos encaminhar, solicitando ao Supremo, a Ministra Carmem Lúcia, ao Presidente do Supremo, a Câmara Federal ao Senado, no sentido de que tramite, decida sobre o assunto.

SR. DEPUTADO MAURO FILHO (PROS): E Vossa Excelência terá minha assinatura. Porei minha assinatura nesse Requerimento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO LULA MORAIS (PC do B): Eu queria apenas deixar essas palavras e deixar o Secretário e o Adjunto a vontade se quiser colocar mais alguma questão. E para a imprensa se quiser fazer alguma pergunta.

Vamos ouvir Carlos Eugênio, Jornalista do Jornal Diário do Nordeste.

SR. CARLOS EUGÊNIO (Jornalista do Jornal Diário do Nordeste): Secretário João Marcos, o governo vem anunciando, neste ano de 2014, da ordem de 4.6 até 5 bilhões. Nós estamos com 680 milhões no primeiro trimestre, temos aí período de Copa do Mundo que deve dar uma reduzida nas atividades econômicas, temos período de eleição que é um período difícil. Quero ver de que forma vamos conseguir alcançar e quanto realmente conseguiremos investir até o final do ano no Estado do Ceará?

SR. JOÃO MARCOS MAIA (Secretário da Fazenda-Ceará): O Exercício que o governo conseguiu investir o maior volume foi em 2010, da ordem de 3.2 bilhões. Então a nossa expectativa é que nós venhamos fechar este exercício na ordem de 4 bilhões, já que em 2010 alcançamos o desempenho de 3.2, o que colocou naquele momento o Ceará, assim numa linha de destaque. Em face de que São Paulo investiu, naquele mesmo período, em torno de 12 bilhões, Rio de Janeiro 5, Minas 3 e o Ceará 3.2. Eles lá, diga-se que São Paulo investiu esse volume de recurso. O Deputado Mauro Filho lembra bem porque a nossa Caixa foi vendida. Nossa Caixa foi vendida por 8 bilhões, e o governo paulista investiu, naquele período, 12. O Ceará não vendeu nada, porque não tinha mais ativos para vender, então mesmo assim o Ceará foi o 4º maior investidor do País. Em número relativos é o campeão em investimentos.

Ao longo desses oito anos de governo a média de investimento a preço de dezembro de 2013 é dá ordem de 2.5 bilhões, o Governo do Estado. E o Deputado Mauro Filho lembra muito bem que os governos eram 600 milhões, 600 e poucos milhões Então isso mostra o tamanho do esforço deste governo em fazer aquilo que é a sua principal missão, que é promover o desenvolvimento. Não se faz desenvolvimento sem investimento. E o Governo do Estado tem dado este exemplo para toda a nação brasileira. É referência porque o Ceará é campeão em investimento.

E vamos, portanto, se Deus quiser, fechar este ano com o investimento total da ordem de 20 bilhões, quer dizer, considerado os 8 anos de governo. É a nossa expectativa, portanto, é em torno de 4 bilhões de investimento face do que nós já alcançamos isso.

(Pergunta fora do microfone)

Eu teria que fazer este levantamento, mas com certeza absoluta à infraestrutura é um dos principais, Porto do Pecém entra na infraestrutura, mas eu queria passar para o Deputado Mauro Filho que ele tem esses números de cabeça.

SR. DEPUTADO MAURO FILHO (PROS): Então você começa o investimento do Porto do Pecém que é um investimento de pelo menos da ordem, segundo não só a expansão do píer, mas a construção do outro e da segunda ponte que vem lá do segundo píer até lá e isso deve dar pelo menos mais 1 bilhão de reais. E ainda na infraestrutura você tem 600 milhões de estradas para serem realizadas. Você tem na área da saúde, você tem um investimento que vai da sequência a Unidade de Pronto Atendimento-UPAs, aos hospitais. O de Quixeramobim entra agora em agosto ou setembro. Você tem o quarto que vai ser dado à ordem de serviço aqui na Região Metropolitana, vai ser o maior hospital da Região Norte, Nordeste e Centro Oeste do País. Deve ser agora, suponho que deve ser agora no próximo mês. Tem a PPP, mas aí tem um pouco do setor privado. E aqui eu estou falando só do recurso do setor público.

A saúde eu colocaria pelo menos uns 700 a 800 milhões, porque só o hospital ele vai ser uns 200 milhões. Esse hospital vai ser maior que o Hospital Geral de Fortaleza-HGF. E o Estado já está preparando o edital, o Secretário Ciro Gomes já está preparando o edital, isso tem sido um pouco divulgado, além dos quatro Hospitais: Juazeiro, Região Norte, Sobral, Quixeramobim, Região Metropolitana. A Secretaria da Saúde está trabalhando até o mês de outubro, no máximo, para soltar o edital da construção do quinto hospital que vai ser na Região do Jaguaribe. Ele vai de Aracati a Jaguaribe. Russas é o centro ali, mas é uma obra extremamente importante.

Uma obra que está em parceria com o governo estadual e o governo federal, é o Cinturão das Águas, 1 bilhão 180. Se você tem pela Costa Leste do Estado, já que você tem o Castanhão fazendo essa perenização, a Costa Oeste estava fora dessa, e obviamente que vai ser ajudado e alimentado pela transposição do Rio São Francisco que está sendo feito aqui. Sem falar dos investimentos de pelo menos 15 bilhões de reais dos metrô, tanto que vem da Pacatuba até o centro da cidade. Como essa que vai começar agora, que vai do centro de Fortaleza e vai até o Papicu, no terminal, e dobra a direita e passa pelo Centro de Eventos e Universidade de Fortaleza-Unifor. Linha leste, no caso. A Primeira Sul/Norte ou Norte/Sul como você queira, e a linha Leste. Isso é obra para 2 bilhões de reais. Obviamente na sua totalidade. Não é o que vai ser executado no ano de 2014, eu diria no ano 2014, pelos menos outros 600 milhões. Até porque as toneladoras já estão aí, duas estão aí e tinha uma chegando agora esta semana, são quatro, mas tinha uma chegando esta semana, Secretário João Marcos. Eu acho que nesta semana agora e a previsão que em julho o tatuzão já comece a fuçar a terra, a comer a terra Lembrando que este tatuzão é daquela tecnologia que ele cava e ao mesmo tempo já faz o revestimento em concreto, a concretagem para poder você chegar com os trilhos e fazer com que o metrô possa caminhar.

O Estado continua investimento em educação. O Estado não tinha nem uma escola em dois turnos profissionalizantes, no Estado do Ceará. Nem uma! Inaugurou 102. Nem um governo conseguiu fazer. Tem mais 40, alias 38, bote mais 40 a 9 milhões cada uma, só aí são 360 milhões na área de educação.

Então onde você estiver diga que o Estado do Ceará fez muito, e o volume de investimento é tão significativo. Por isso quando eu escuto críticas ao aquário, e quando dizem assim: "Na campanha vai fazer o aquário, mas não vai fazer escola." O Estado fez 102 escolas e ainda vai fazer o aquário. Para as pessoas compreenderem que a condição financeira do Estado não é mais...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO LULA MORAIS (PC do B): E são recursos complementemente distintos.

SR. DEPUTADO MAURO FILHO (PROS): E são recursos, é uma operação de crédito com exclusividade, aliás, com objetivos definidos para o aquênio. O aquário vai até agosto de 2015. Em 2014 ele deve executar eu acho que uns 140 milhões ou 150 milhões e o restante no primeiro semestre de 2015.

E só para esclarecer a sua pergunta, Carlos Eugênio, o Estado no período eleitoral, isso foi o Secretário João Marcos que me ensinou, ele está proibido de conveniar com os municípios. Mas o Estado não está proibido de executar obras no período não!

Tem muita gente no interior do Estado achando que no período eleitoral você vai diminuir o ritmo de investimento. Isso não existe! A proibição de três de julho até outubro é o que diz respeito aos convênios. Ou que a União convenia com o Estado para o Estado gastar e aí é impedimento da União ou que o Estado convenia com os municípios. E neste caso, o impedimento é do Estado. Mas a execução direta do Estado não há nenhum impedimento. O Estado executa normalmente e vai tocar isso aí. Não será surpresa que o Estado com certeza ultrapassar muito mais esses 4 bilhões que estão aí previstos.

O Estado do Ceará não tinha nem um hospital no interior do Estado. O telespectador não sabe disso. O Governo do Estado do Ceará não tinha nem um hospital do Governo do Estado, portanto, público. O Estado vai fazer quatro agora, e ainda está programando para fazer o quinto. Repito, na Região do Jaguaribe.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO LULA MORAIS (PC do B): Muito bem. Vamos ouvir o Jornalista André Jonatas do Jornal O Povo.

SR. ANDRÉ JONATAS (Repórter do Jornal O POVO): Eu queria saber a respeito do limite prudencial do Estado em termos de gasto. E a outra pergunta tem a ver com a questão dos tributos não recebidos em relação a quem está tentando burlar o Estado. Se há alguma execução próxima de ser realizada?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO LULA MORAES (PC do B): Aí é direto para o Secretário João Marcos.

SR. JOÃO MARCOS MAIA (Secretário da Fazenda-Ceará): Quanto ao limite prudencial, vemos aí que o limite prudencial é 57%, o relatório que está disponível para você. E o Estado alcançou, considerado aí todos os Poderes, 51.87 então um percentual bem distante, seguro.

SR. DEPUTADO MAURO FILHO (PROS): Se o Secretário João Marcos me permitir, somente cinco estados estão abaixo. Todos estão acima, inclusive você tem dezesseis estados descumprindo o limite prudencial.

Tem uma reportagem há uns trinta dias, do Jornal Folha de São Paulo, que traz o Estado para o Estado. E digo cinco porque tem um dado lá do Estado do Rio de Janeiro que é furado! Que a Folha apura erroneamente. Porque ele coloca 33% gasto em pessoal do Rio de Janeiro porque o pagamento de aposentado que sai pelo Fundo de Previdência. Ele não coloca no gasto de pessoal, que é um absurdo! Aqui entra ativo e inativo.

SR. JOÃO MARCOS MAIA (Secretário da Fazenda-Ceará): Reforçando o que o Deputado Mauro colocou, o ano passado dos 27 estados, 20 tiveram bastante dificuldades de pagar o 13º salário. Para você ver que o quadro dos demais estados não é tão favorável. E o Estado do Ceará, felizmente, estava entre os sete e mesmo estando entre os sete já é referência no País.

SR. DEPUTADO MAURO FILHO (PROS): E lembrando que o Estado do Ceará terminou 2013 com 52.31, e está com 51.87, ou seja, ele fez foi aumentar sua capacidade de gastar com o pessoal. Então está bem distante do limite prudencial diferentemente do que se pregava por aí.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO LULA MORAES (PC do B): A outra pergunta é em relação a...

SR. JOÃO MARCOS MAIA (Secretário da Fazenda-Ceará): Quanto à questão da dívida ativa existe um volume razoável de dívida ativa, contudo a execução se dá sob a gestão da Procuradoria Geral do Estado. O valor superior a 6 bilhões. Então a Procuradoria Geral tem atuado e, diga-se de passagem, que no ano passado nós saímos com Programa de Recuperação Fiscal-Refis, Deputado Mauro Filho, na sua gestão, e foi a maior recuperação de crédito tributário dos últimos tempos. Conseguimos recuperar 573 milhões de reais deste estoque de dívida ativa. Coisa jamais alcançada pela administração pública do nosso País.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO LULA MORAIS (PC do B): O último Refis.

SR. JOÃO MARCOS MAIA (Secretário da Fazenda-Ceará): O último Refis. A previsão inicial era de 200 milhões, mas nós ultrapassamos de lambuja aí, os 200 milhões e foi 573 milhões.

SR. DEPUTADO MAURO FILHO (PROS): Lembrando que os Refis, a característica dele mesmo era regularizar as empresas que estavam com dificuldade, se tinha uma crise. Se tinha 28 mil empresas com dificuldades com a crise de 2011, então o primeiro objetivo do Refis não teve efeito arrecadatório. O objetivo do Refis, naquele momento, era dar oportunidade para as empresas se regularizarem e poder continuar atuando com a sua atividade econômica. Realmente foi a surpresa subsequente, mas este foco eu acho que foi é o que se tentou dar diferentemente quando se faz o Refis se pensa logo na capacidade de arrecadação.

No Brasil a legislação de cobrança da dívida ativa é um dinossauro. Ou seja, o rito processual é tão lento que a União arrecada, por ano, um e meio por cento do estoque da dívida ativa. Ou seja, nada. E os estados e municípios mais ou menos por aí. O Estado do Ceará vai por aí 1.4; 1.2, mas a média maior é 0.8. E o que precisa mudar, portanto, é como se cobra uma lei que se trata do rito processual da dívida ativa. O Estado do Ceará, por exemplo, avançou, porque agora a dívida ativa pode ir para Serasa, por exemplo. E isso pode mudar a estrutura de cobrança aqui no Estado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO LULA MORAES (PC do B): A pergunta que o André está fazendo é em relação a sonegação se tem alguma ação sendo feita por parte da Secretaria da Fazenda?

SR. JOÃO MARCOS MAIA (Secretário da Fazenda-Ceará): A Secretaria da Fazenda desde a gestão do nosso Deputado Mauro Filho vinha trabalhando já com a desoneração da carga tributária para estimular o cumprimento voluntário das obrigações tributárias e isso fez com que a arrecadação do Estado, ao longo desses 8 anos, tivesse um excepcional desempenho. Mas não esquecemos neste período de trabalhar quanto o crime organizado, e dessa forma o Serviço de Inteligência, fiscal da Fazenda, trabalhou pesadamente com o Ministério Público, com a polícia, porque nós temos as delegacias de crime contra ordem tributária, trabalhando conjuntamente com a Fazenda, com o Ministério Público e quando necessário passa pela Polícia Federal, pela Receita Federal, dependendo da gravidade desses esquemas. E

conseguimos realmente debelar muitos esquemas. Para vocês terem ideia um único esquema tinha fraudado o Estado em 70 milhões de reais. E com o apoio do Poder Judiciário nós conseguimos derrubar liminares e realmente dismantelar alguns esquemas desses. O que faz com que não só mais recurso venha para o Tesouro, mas especialmente tirarmos do mercado, especialmente o mercado negro, aquelas empresas que promovem prejuízo na competição entre as empresas. Esse é o principal mal.

O que está em tramitação e respondendo ao crime contra a ordem tributária, supera os 600 milhões de reais. O último relatório que eu obtive da área de inteligência, dá mais de 600 milhões de reais de práticas de crimes contra ordem tributária que estão tramitando na esfera do Judiciário.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO LULA MORAIS (PC do B): Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente Audiência Pública agradecendo a presença de todos e de todas. Boa tarde.



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO CEARÁ

**DESPACHO DE ENCAMINHAMENTO À
RELATORA CONSELHEIRA SORAIA
VICTOR**

PROCESSO N. 03174/2015-1

Trata o presente feito do Balanço Geral do Estado, relativo ao exercício de 2014, cuja Relatora é a **Conselheira Soraia Victor**, conforme constou em Ata da Sessão Plenária de 13.01.2015.

Encaminho o feito à **consideração de V. Exa.** para os devidos fins.

Em 06 4/2015.

Luiz Gonzaga Dias Neto

SECRETÁRIO-GERAL

PROCESSO N° 03174/2015-1
DESPACHO SINGULAR N° 2241/2015

À Secretaria de Controle Externo

Com o fulcro no art. 11 da Lei n° 12.509/95 e no art. 15 do Regimento Interno desta Corte de Contas, encaminho os presentes autos à Secretaria de Controle Externo deste Tribunal, para os devidos fins.

Fortaleza, 06 de abril de 2015.


Conselheira **Soraila Thomaz Dias Victor**
Relatora

À Comissão Técnica Responsável pela Análise da Prestação de Conta
Anual do Governador.

Em 6/4/2015.

Secretaria de Controle Externo